



Nathalia de Oliveira Tavares

**Dos desaparecidos políticos aos desaparecidos do sistema:
a *Asociación Madres de Plaza de Mayo*
e os limites da transição democrática na Argentina**

Monografia apresentada ao Instituto de
Relações Internacionais da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro
(PUC-Rio) como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Manuela Trindade Viana

Rio de Janeiro

2021.2

Agradecimentos

Por mais que eu não demonstre muito no dia a dia, acredito bastante que tudo na minha vida até aqui se deu pela presença de Deus. Então, acima de tudo, agradeço a Ele por me guiar, também, durante o caminho não tão fácil da minha graduação.

Agradeço à minha mãe por lutar por mim desde o meu primeiro suspiro nesse mundo e por não medir esforços para que eu pudesse estar concluindo essa trajetória. Ao meu padrasto, por depositar uma confiança em mim de outro mundo e por me lembrar que, se eu quiser, eu posso chegar a qualquer lugar. Agradeço ao meu pai por celebrar todas as minhas conquistas com muito carinho no coração.

Agradeço aos meus avós, por todos os esforços para sempre me proporcionar o melhor e me apoiarem nas minhas escolhas. Aos meus padrinhos, Luis Cláudio e Bruna, por serem meus exemplos. E aos meus irmãos, Matheus e Arthur, nada neste mundo se compara ao que eu sinto por vocês. Obrigada por me fazerem querer ser melhor a cada dia. Enfim, agradeço à toda minha família por cada um à sua maneira, se fazer presente nessa graduação e me ajudarem a chegar aqui.

Realmente, jamais me imaginei na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Porém, hoje, não consigo me imaginar em qualquer outro lugar. Muito menos, consigo não me ver estudando Relações Internacionais e passando por tudo que passei até aqui. Por isso, agradeço imensamente ao Instituto de Relações Internacionais (IRI) por todas as oportunidades e por todos os professores com quem tive o privilégio de conviver durante essa caminhada.

Preciso, ainda, agradecer a algumas figuras que marcaram minha graduação de uma forma especial. À minha orientadora, por todos os direcionamentos e por todo o conhecimento que partilhou comigo, por sempre me incentivar a pensar fora da caixinha e me ajudar para além desta pesquisa e da graduação. Manu, me faltam palavras, de verdade, você é incrível. A Ricardo, agradeço por todo o apoio desde,

literalmente, o primeiro dia e por transmitir um carinho e um conhecimento sem medidas que eu vou levar para a vida. A Guilherme, por todo o apoio e pela confiança dentro e fora de sala de aula. Agradeço também à Andréa Gill, por expandir meus horizontes já no final da minha graduação e por aceitar o convite para ser a segunda leitora desta monografia.

Agradeço demais, também, à AARI PUC-Rio e a todas as pessoas que entraram na minha vida por conta dessa experiência. Principalmente, à gestão deste ano. Obrigada por fazerem meu tempo de presidência muito incrível, apesar da distância e de todas as dificuldades que tivemos. Tenho certeza absoluta que a Lhama está nas melhores mãos possíveis com vocês. E podem ter certeza que seguirei na torcida sempre.

Finalmente, não poderia deixar de reconhecer e agradecer aos meus amigos. Muitas pessoas incríveis que cruzaram o caminho comigo nesta vida e que fizeram da graduação uma experiência ainda melhor. Levarei todos vocês no fundo do meu coração eternamente, mas ainda assim preciso fazer alguns agradecimentos especiais. Em primeiro lugar, à Priscilla Papagiannis, agradeço por vivenciar essa graduação ao meu lado desde antes do início da graduação. Me faltam palavras para sintetizar todo o amor e reconhecimento que tenho por ti. A Matheus Lima, por muitas vezes ser a minha voz da razão e por construir comigo uma parceria incrível que, fatalmente, vai ser para a vida toda. À Júlia Lopes, pela companhia e todo o amor, ainda mais nos momentos de aperto.

Um imenso obrigada, também, à Celiny e Juliana Luz, por toda a confiança e por toda a torcida. Espero estar ao lado de vocês para celebrar muitas conquistas nossas. Beatriz Wenderrosky, que dividiu comigo grandes surtos, sonhos e fofocas. Certeza que você vai seguir trilhando um caminho incrível pela frente. Alix Milman, Juliana Nadalutti e Gabriela Ribeiro, pelos puxões de orelha (com muito amor) para me trazer de volta para a realidade. Vitória Faria, minha dupla, obrigada por encher meu coração de muito amor, alegria e orgulho. Jamais sofreremos sozinhas. Karol Kaiser, pela ternura e pela amizade, que vão seguir para sempre no meu coração. Marcela Monteiro, por ser meu oposto em muitos sentidos, mas ainda assim me completar de uma forma sem igual.

Por fim, agradeço aos meus Flamigos, Igor Mello, João Mateus, Paulo Victor, Thiago Menezes, Fernando Borsi e Zé Marley, por compartilharem o sentimento de ser flamenguista e pela amizade mais que especial. Agradeço a João Vitor Sooma,

também, pela amizade e pela parceria. Nina Ribeiro, pela confiança e por compartilhar comigo o Anônimas. Que você seja muito feliz nos próximos episódios da sua vida. Camilla Aquino, por ser minha metade e pela amizade tão longa e especial, que eu levo em um lugar especial no meu coração. E enfim, de verdade, e não menos importante, agradeço à Gabriela Pavão, Giovanna Ribeiro e Giovanna Soares pelos muitos anos de amizade e por nunca deixarem o que termos acabar. É muito feliz ter vocês ao meu lado no fim de mais um ciclo, e que venha muito mais pela frente.

Saudações Rubro-Negras e muito amor,
Nat

Resumo

O processo de transição para a democracia na Argentina foi influenciado, seja direta ou indiretamente, pela conjuntura política. Nesse sentido, os debates na arena política quanto à condução do processo transicional foram marcados por um impasse entre a construção da paz e a garantia de justiça. Enquanto na arena social a transição promoveu a ação de organizações e movimentos sociais que já se opunham ao regime militar e que buscavam a responsabilização dos orquestradores e executores dos crimes de Estado – tal qual a *Asociación Madres de Plaza de Mayo*. Nessa monografia, o processo de transição democrática argentina será analisado estruturalmente e paralelamente à observação das movimentações e rearticulações promovidas pelas *Madres de Plaza de Mayo* conforme o processo vai se desenrolando. De modo a ressaltar os elementos e os debates que surgiram durante o desenvolvimento da transição democrática, levando à compreensão dos limites da transição argentina e, também, ressaltando como ela influenciou no desenvolvimento do novo regime democrático no país.

Palavras-chave: Ditadura militar; Justiça de transição; Argentina; Transição democrática; Democracia; *Asociación Madres de Plaza de Mayo*.

Sumário

1. Introdução.....	p. 7
2. Pela aparição com vida de seus filhos, vítimas do terror do Estado...p.	11
3. Da confrontação na ditadura à confrontação nos governos da nova democracia.....	p. 26
3.1. Os impasses entre paz e justiça e suas implicações no processo de transição.....	p. 30
3.2. Sob à paz, disputas entre história e memória.....	p. 35
4. Uma luta contínua.....	p. 42
5. Considerações finais.....	p. 57
6. Referências bibliográficas.....	p. 60

1

Introdução

Em 1976, os militares tomaram o poder político na Argentina por meio de um golpe sustentado na narrativa de que seu papel não seria o exercício permanente do poder, algo que aconteceu diversas vezes anteriormente na história do país. Contudo, dessa vez, a perspectiva do retorno civil ao poder é claramente considerada como uma alternativa de médio ou longo prazo, com a ideia de retorno de uma democracia saudável, que, para as repúblicas da América Latina durante a Guerra Fria, significava a consolidação de um governo alinhado aos Estados Unidos e que combatesse ativamente a ideologia e as organizações socialistas. Esse novo discurso expressa o desejo de reforçar a militarização do controle do Estado e a politização das instituições militares (DANGY, 2006, p. 3).

Com o discurso de necessidade de eliminação da subversão para “limpar” a sociedade, o golpe não se deu de forma violenta no sentido de ser necessário fazê-lo por meio de armas. A sociedade argentina, em grande parte, aceitou a tomada de poder dos militares com indiferença, até mesmo com uma certa sensação de alívio. Mas, uma vez no poder, o Processo, como ficou conhecido o período, passou a trabalhar numa guerra suja contra o que eles interpretavam como subversão, promovendo o silenciamento da oposição e suprimindo toda forma de liberdade política ou social. Gradualmente, toda a sociedade passou a ser controlada por meio de um aparato jurídico-legal que não só sustentava um método de realização de desaparecimentos (e assassinatos) forçados e sistemáticos daqueles considerados subversivos, mas que, também, contribuía para a inauguração de um estado de medo constante.

Após sete anos da violência e do terror sistemáticos do Estado, o governo militar perdeu força tanto como consequência de fatores externos como e, principalmente, à falta de apoio e sustentação da sociedade argentina. A partir de então, grupos de oposição ao regime deram passos mais largos rumo à organização e ao início do processo de redemocratização no país. Essa dinâmica foi marcada por duas dimensões. De um lado, aquela da garantia de construção e ampliação de um regime democrático, baseado na progressiva participação dos cidadãos no campo político. De outro, havia a pressão pela garantia de justiça às vítimas do regime,

sobretudo no que dizia respeito à responsabilização dos militares pelos crimes cometidos.

Outros países da América Latina, assim como a Argentina, passavam por processos de transição democrática no início da década de 1980. O modelo que baseava os processos, então, possuía raízes em uma visão elitista e competitiva, operando sob uma definição de política superficial – ou seja, concentrada na esfera política e que faz pouco uso de noções relacionadas à sociedade civil. Como ressalta Georgina Waylen (1994, p. 331), o foco maior estava nas agências responsáveis pela transição, nos pactos e nas coalizões entre os grupos de elite e militares que permitiriam a restauração e a consolidação da democracia. Nesse sentido, a falta de profundidade na interpretação e na definição da atividade política dificulta a análise dos resultados da democratização para além daqueles obtidos no âmbito das instituições democráticas formais. Isso porque promove a minimização de atividades políticas mais abrangentes, como os movimentos sociais que tiveram influência tão importante quanto aquela dos círculos da política partidária, contribuindo, assim, para a marginalização das demandas de grupos sociais específicos.

Apesar dos mecanismos de transição, em especial a justiça, estarem focados na esfera política formal, os anos dos regimes militares na América Latina foram marcados pela emergência de diversos movimentos que operavam fora da arena política convencional. Muitos destes, persistiram nos anos subsequentes ao regime militar, voltando suas agendas e demandas para os impasses observados no contexto do estabelecimento da democracia e para a garantia dos direitos de verdade e memória conforme o novo regime fosse se desenvolvendo.

Sob o contexto da repressão e, posteriormente, da redemocratização, as mulheres assumiram papel essencial como opositoras diretas e ativas do terror de Estado e como ativistas em prol da defesa dos direitos humanos e na busca por justiça em relação aos crimes cometidos em nome do Estado. Assim, elas passaram a constituir grupos, movimentos, associações ou organizações que foram estabelecidas a partir de interesses de gênero, tanto práticos como estratégicos. Sua luta constitui uma resistência à subordinação feminina defendida e reproduzida pelos regimes autoritários que estavam no poder (WAYLEN, 1994, p. 328).

Na Argentina, o movimento das *Madres de Plaza de Mayo* foi o principal grupo liderado por mulheres que se desenvolveu sob o contexto do regime militar.

Sua origem está exatamente no desafio ao Estado autoritário que, por meio de sua guerra suja, promoveu o desaparecimento forçado e assassinato de seus filhos. Nesse sentido, o discurso fundacional do movimento estava assentado na busca pela verdade em relação ao desaparecimento de seus filhos e na ampla defesa dos direitos humanos, realizando oposição direta aos abusos perpetrados pelo regime militar.

Sendo assim, o ativismo das *Madres* tem uma característica notável: o fato de ser baseado em seu “papel tradicional” como mulheres e, sobretudo, mães. Portanto, ao manter suas identidades e ao trazer suas reivindicações individuais para a arena pública, o movimento desafiou o controle do Estado e, gradualmente, tornou-se um ator central na oposição ao regime. Ainda, confrontou as concepções envolvendo a maternidade, que não seria passiva e em concordância com as ideias de um regime criminoso, mas sim uma forma de oposição pública e socializada contra as violações cometidas pelo Estado. Mesmo após o fim do regime ditatorial em 1983, as *Madres* seguiram lutando contra o terror sistemático do Estado, assim como defendendo a redemocratização e a consolidação da justiça.

À vista disso, esta pesquisa tem como propósito central analisar as permanências e rearticulações na agenda das *Madres de Plaza de Mayo* de modo a compreender o impacto da continuação das violências e dos traumas produzidos pela ditadura na construção do novo regime democrático argentino. Para tal, o trabalho empreenderá dois movimentos analíticos principais. O primeiro envolverá o exame da constituição do movimento das Mães sob o contexto da ditadura, ressaltando aspectos do regime e a atuação das *Madres* em meio à repressão.

Em um segundo momento, analisarei as características centrais do processo de transição democrática na Argentina, dando foco nos debates e impasses presentes na cena política naquele momento. Dessa forma, também procurarei analisar o modo com que a atuação e a agenda das *Madres* foram influenciadas por esse contexto. Por fim, aprofundarei o debate quanto aos limites dos processos e mecanismos transicionais argentinos e suas implicações na nova democracia, ao mesmo tempo em que procurarei os novos aspectos que levam à ação contínua das *Madres de Plaza de Mayo* até a atualidade.

Por meio da análise desses três fatores, a pesquisa busca observar a continuidade de aspectos da violência do Estado por outros meios, mesmo após o fim do regime militar. Como veremos, as *Madres* foram capazes de alterar suas

perspectivas de luta e demandas ao longo do tempo, sem que tenham aberto mão de sua identidade materna.

2

Pela aparição com vida de seus filhos, vítimas do terror do Estado

O *Proceso de Reorganización Nacional* foi formalmente instaurado em 24 de março de 1976 na Argentina, encarregando uma Junta Militar para sua condução. O processo é assentado no propósito da restituição dos valores fundamentais para a condução integral do Estado, enfatizando o sentido de moralidade, idoneidade e eficiência, para que, então, se pudesse reconstruir a Nação e assegurar a posterior instauração de uma “democracia republicana, representativa e federal, adequada à realidade e exigências de solução e progresso do Povo Argentino” (ARGENTINA, 1976). Assim, a garantia da segurança nacional através da erradicação da subversão, bem como de todas as causas que permitam a sua existência se tornou a dimensão central, como meio e fim, dentro do sistema orquestrado pela Junta Militar.

A determinação da finalidade da Junta Militar também foi acompanhada pela definição de objetivos básicos de ordem política, social e econômica durante o regime. Um desses objetivos correspondia à concretização da soberania política por meio do “acionar de instituições constitucionais revitalizadas, que sirvam permanentemente o interesse nacional sobre qualquer sectarismo, tendência ou personalismo” (ARGENTINA, 1976). Esse objetivo primeiro autoriza tanto a suspensão de algumas instituições políticas do país, com destaque para a caducidade do mandato do Presidente, dos governadores e vice-governadores; a remoção dos membros da Suprema Corte de Justiça, do Procurador Geral e dos integrantes dos Tribunais Superiores Provinciais; a dissolução do Congresso Nacional; e a suspensão da atividade política e dos partidos políticos a nível nacional, provincial e municipal. Assim como, por outro lado, autorizou o estabelecimento de novas instituições, como a própria Junta Militar e sua Constituição.

O teor ideológico do regime militar, por sua vez, ressoa na defesa dos valores da moral cristã, da tradição nacional e da dignidade de ser argentino. Dentro do arranjo da ditadura, a ideologia se apresentou numa dupla função de (1) sustentar as políticas de lei e ordem, fortalecendo o controle do Estado sobre a vida pública, em especial nas áreas da segurança e do desenvolvimento econômico; e (2) permitir a “plena realização do homem argentino” no “mundo ocidental e cristão” (ARGENTINA, 1976). Aqui, a utilização do termo “homem argentino” não é

acidental, mas sim consequência tanto da moralidade religiosa defendida pelo regime militar como da assimilação do paternalismo pelos militares.

Merece destaque dentro dessa narrativa a missão declarada do Estado de eliminar aqueles que perturbavam a unidade familiar imaginada para a nação argentina. A ditadura foi construída simbolicamente como um regime ligado às noções de masculinidade, força e virilidade. A partir disso, qualquer ameaça ao pilar paternalista dessa sociedade deveria ser controlado e subjugado (MOLYNEAUX, 2000 apud ZARCO, 2011, p. 235). Como consequência, a lógica do paternalismo militar no país foi central para garantir, legitimar e ampliar o controle do governo sobre todos os aspectos da vida pública argentina, a fim de garantir a continuidade da unidade familiar idealizada. Além disso, foi a base de sustentação e utilização de modos punitivos e de controle social rígidos, entendidos como demonstrações de força do Estado e como proteção de sua posição masculinizada.

Com base em tais objetivos, o governo militar argentino organizou um projeto repressivo, executado por meio do terrorismo e da violência estatal em nome do combate à subversão e da garantia da liberdade do povo argentino. Conhecido na literatura crítica ao regime militar como “guerra suja”, esse período produziu um número estimado de 30 mil vítimas de desaparecimento forçado e assassinatos a mando do governo (MOLINA, 2019). O número é ainda maior se incluirmos as vítimas de tortura por parte do Estado, cujos depoimentos nos ajudam a compreender mesmo que vagamente a dimensão do terror promovido pelos militares.

A *Guerra Sucia* promoveu uma violação sistemática dos Direitos Humanos por parte do Estado argentino, o que seria condenável tanto nacional como internacionalmente. Por esse motivo, a estimativa do número de desaparecidos e assassinados ainda é incerta, uma vez que não era estabelecido um registro formal das ações do terrorismo do Estado, exatamente para tornar mais difícil a comprovação dos crimes cometidos e da identidade dos criminosos. Dessa forma, no país, para além do círculo da alta cúpula do governo, pouco se sabia em relação ao que acontecia com os desaparecidos após seu sequestro e/ou detenção nos centros de tortura clandestinos – na comunidade internacional muito menos.

Essas práticas repressivas do Estado visavam a rebaixar e humilhar aqueles que representassem ameaças ao projeto militar de reestruturação da unidade nacional argentina. E se antes a pena de morte era excluída de forma sistemática

das leis nacionais, durante o governo militar ela foi incorporada à legislação penal após a sanção da Lei 21.338 em junho de 1976. Nesse sentido, gradualmente, através de seu fortalecimento, a tortura e a eliminação (assassinato) da oposição se tornaram as principais formas para a propagação do terror e da censura durante a ditadura, constituindo-se também, em última instância, como fortes instrumentos de controle social.

Observando a organização da arena política argentina à época, é muito difícil assumir a legalização da pena de morte apenas como uma simples autorização desse mecanismo dentro de um Estado de exceção, até porque o próprio uso do termo ‘pena de morte’ é controverso. Nenhum dos casos de desaparecimento e, em especial, de morte executados pelo Estado se deu como consequência de alguma ordem judicial ou foi derivado de alguma sentença (CONADEP, 1984). A realidade demonstra, por outro lado, que, para muito além da legalização da pena de morte, o que ocorreu foi o uso descarado e autorizado pela Constituição da morte como uma arma política de extermínio - a tortura, os desaparecimentos e o uso arbitrário da força pelos militares constituíam, em última instância, um verdadeiro terrorismo estatal.

Grande parte da violência estatal era promovida de forma oculta. Para garantir uma fachada de normalidade, o regime militar lançou mão de uma série de recursos, tais como a operacionalização de centros de detenção clandestinos, queimas de corpos, enterros em massa em locais isolados e os chamados “voos da morte” para realizar o despejo de cadáveres no oceano (THORNTON, 2000, p. 281). Ao mesmo tempo, a captura de pessoas e a inspeção de casas acontecia bem no centro do olhar público, sendo uma maneira de garantir certa visibilidade quanto ao funcionamento do regime.

Assim, é possível perceber um movimento duplo, que acaba se constituindo como uma posição de caráter contraditório: mesmo havendo uma tentativa nítida de encobrir certos atos, seja por realizá-los em locais restritos ou pela não manutenção de registros formais sobre seus mortos, o governo argentino se convencia de que precisavam da sociedade para apoiar a repressão e, por isso, realizava manifestações e propagandas para conquistar esse apoio. A propósito, havia, na cúpula do governo militar, a ideia de que toda a sociedade estava ciente das políticas autorizadas pelo Estado, conforme ilustra a fala do governador da província de Buenos Aires em 1978, general Ibérico Saint Jean: “*no hay ignorantes,*

hay cómplices, suicidas, especuladores políticos o traidores a la causa del mundo libre” (FICO, 2013, p. 267).

A sociedade argentina se via imersa em um contexto em que o terror era instaurado e fortalecido pelo pouco de informação que se sabia quanto às ações dos militares e que, ao mesmo tempo, era marcada pelo medo decorrente dos segredos não revelados em relação às violências e violações do Estado. Nesse sentido, é importante destacar que havia sim uma parcela significativa da população nacional que apoiava a missão, as ideologias e todo o projeto de violência e terror que a ditadura organizou - um apoio obtido através de um cenário marcado por incertezas.

Da mesma forma, a oposição ao regime se desenvolveu sob o mesmo cenário de incertezas e de encobrimento da ditadura. Desse modo, tanto apoiadores como opositores constituíam um corpo social que operava como “uma caixa de ressonância de um poder concentrado e simultaneamente escondido” (CALVEIRO, 2004, p. 91). Em outras palavras, a sociedade permitia a reprodução do poder militar, cuja dimensão real era desconhecida, enquanto era o principal alvo desse poder e de todas as suas ações.

O que, à época, era construído como um discurso de eliminação da violência e das ameaças à pátria era, na verdade, uma nítida empreitada de destruição do que se entendia como oposição, como parte da política de Estado. Atravessava a sociedade argentina um desconhecimento tanto em relação às formas como a ditadura operava como às capacidades que ela possuía, especialmente após a declaração do Estado de Sítio no próprio dia 24 de março de 1976. Com o fortalecimento do regime e a ampliação de suas políticas de terror, essa incerteza estava ainda mais longe de ser reduzida, contribuindo para que grande parte das pessoas não conseguisse perceber o contexto em que estavam situados – mesmo com tudo acontecendo, por vezes, bem à frente de seus olhos:

Los coches sin placas de identificación, con sirenas y hombres que hacían ostentación de armas recorrían todas las ciudades; las personas desaparecían en procedimientos espectaculares, muchas veces en la vía pública. Casi todos los sobrevivientes relatan haber sido secuestrados en presencia de testigos. Decenas de cadáveres mutilados de personas no reconocidas eran arrojados a las calles y plazas. Los periódicos, de gran circulación en Argentina, no hablaban de los campos de concentración pero sí de personas que desaparecían, cadáveres no identificados, enfrentamientos que arrojaban muchos muertos "guerrilleros" y ningún militar, cuerpos destrozados con cargas explosivas, calcinados, ahogados, y muchísimos tiroteos (CALVEIRO, 2004, p. 92).

Logicamente, contribuía para esse desconhecimento a censura exercida pelos militares. As informações eram filtradas e censuradas em todos os meios, distorcendo fatos e apresentando uma outra narrativa sobre a ordem social do regime militar. Com o Ministério do Interior tendo a responsabilidade de auxiliar o Executivo e lidar com as questões constitucionais do país, diante das irregularidades e agitações percebidas na ordem nacional, juntamente com a incerteza por conta da cortina de fumaça instaurada pela ditadura, inúmeras famílias de desaparecidos se dirigiam ao Ministério em busca de respostas.

É exatamente sob esse contexto de violência e desinformação que um novo movimento emerge, em 1977, quando um grupo de 14 mulheres, que, acima de tudo, eram também mães, decidiu marcar presença na *Plaza de Mayo*, em frente aos edifícios dos principais órgãos do governo argentino, para fazer demandas coletivas por informações sobre seus filhos e familiares. A partir de suas ações iniciais, elas foram grandes responsáveis por constituir, secretamente, redes para discussão e denúncia de desaparecimentos e outras violências do Estado e por promover manifestações políticas declaradamente em oposição ao governo, em um momento em que a repressão e a censura cresciam dentro da Argentina.

A pauta central do movimento, que permitiu não apenas seu crescimento, mas também seu protagonismo na sociedade argentina, tem início com a busca pela verdade sobre o que se passava no país e, de forma mais específica, no desejo em saber onde estavam seus filhos. A estratégia de ocupar a Praça de Maio, muito além de significar o enfrentamento da ditadura bem em frente a seus principais edifícios, reforçava o histórico daquele cenário como espaço de disputas políticas entre a sociedade e o Estado. Com efeito, antes mesmo das *Madres*, a Praça de Maio já havia sido palco de diversos protestos e ocupações na história da Argentina (D'ANTONIO, 2000, p. 32).

Sem os corpos das vítimas, não há certeza quanto à sua morte. Assim, o movimento defendia a noção de que seus filhos e todos os desaparecidos não estariam, *a priori*, mortos. Essa concepção, em primeiro lugar, é construída como instrumento político, uma vez que a negação representaria mais uma forma de contestação à autoridade militar. Mas também, é a forma encontrada pelas *Madres* de manter viva a memória de seus familiares e incorporá-las à sua luta contra o esquecimento e em favor da justiça. A negação da morte, portanto, constituiu não

só um pilar durante a construção da agenda inicial do movimento, mas também um mecanismo de questionamento ao terror promovido pelo Estado, que ocorria através de dimensões repressivas tão vastas e profundas que não permitiam que a população compreendesse a gravidade das ações promovidas pela ditadura (FEMENÍA, 1987, p. 13).

Em vista disso, é necessário destacar uma marca essencial do ativismo das *Madres*: sua dupla constituição tanto em termos de demandas populares como em termos de demandas maternas. Agindo nessas duas frentes principais e conseguindo hibridizar seus temas e reivindicações entre os dois quadros, o movimento obtém maior significância dentro do meio social e consegue atingir uma audiência mais ampla (JACKSON, 2018, p.28).

Sob a realidade na qual essas mulheres estavam inseridas, bem como sob a percepção da forma como o Estado e a sociedade as enxergavam, é possível destacar sua agenda híbrida como uma grande inovação. O movimento, por meio de seu hibridismo, traz à tona um ponto de inflexão tanto no que diz respeito ao potencial de agência como à possibilidade de autodefinição conjunta dessas mulheres. Em outras palavras, ao misturarem sua maternidade com sua militância, a agenda das *Madres* assume importância e obtém reconhecimento enquanto autoriza sua reprodução a uma audiência mais ampla. Com isso, o enquadramento de suas ações coletivas permite que suas reivindicações sejam expandidas para lidar com problemas sociais históricos, para além daqueles associados à ditadura.

Dessa maneira, vale destacar que a garantia da sobrevivência de suas famílias moldou o caráter da atuação do movimento e passou a assumir uma dimensão significativa da vida de todas as mulheres que o constituíam. Somado à sua luta contra a ditadura, o reconhecimento da condição de mulher por parte das participantes permitiu a utilização do gênero como forma de identidade coletiva, tornando possível a construção gradual de um protagonismo social das *madres* como *Madres* - autorizando-lhes ainda mais agência e legitimidade para desafiar, coletivamente, as identidades e ideologias masculinas do regime (D'ANTONIO, 2000, p. 32).

Além dessa esfera que envolve o reconhecimento e a valorização de suas identidades femininas, é preciso destacar uma dimensão complementar e que é carregada no nome do movimento: a maternidade. Ao se definirem e, acima de tudo, se apresentarem como mães, as *Madres* se constituem de acordo com a visão do

governo militar de família como célula básica da sociedade que o regime militar pregava. Longe de significar sua conformidade com a ditadura, chamar atenção para a maternidade permitia que o movimento se apropriasse de algo estimado pelos próprios militares para então lhes confrontar. Ou seja, ao invés de ser tomada como uma condição passiva e a serviço das ideologias do Estado, a maternidade é transformada em uma demanda pública e social para combater o regime militar (JACKSON, 2018, p.30).

Dessa forma, o que se observou foi uma resignificação por parte das *Madres* das ligações familiares e das relações maternas sob vieses ideológicos e políticos que, por sua vez, estavam baseados nas próprias vivências e experiências coletivas dessas mulheres. Nesse sentido, a combinação de todos esses processos teve como grande resultado a consolidação do processo de socialização da maternidade pelo movimento. Sendo assim, não seria mais uma reclamação apenas pelos filhos daquelas mulheres que estavam dentro do movimento, mas sim por todos os filhos, por todos aqueles que haviam sido vítimas dos desaparecimentos, das torturas e dos assassinatos orquestrados pela ditadura.

O fato de constituir um movimento formado apenas por mulheres acabou protegendo as *Madres* por um tempo das ações diretas da repressão ditatorial (ZARCO, 2011, p.237). De fato, em um primeiro momento, a própria projeção da lógica paternalista do regime militar sobre essas mulheres não operava na direção do entendimento desse movimento como uma ameaça. As cúpulas militares e representantes do Estado entendiam que, por ser formado essencialmente por mulheres, mães e donas de casa, o movimento desistiria de fazer suas demonstrações e reivindicações de forma constante e logo “retomariam seus afazeres”.

Ao contrário do que acreditava o regime, o movimento das *Madres* não apenas continuou, mas foi também alargado em seu escopo de atuação, em especial a partir do processo de socialização de sua agenda. Em reação, o governo, através do seu amplo controle em relação à mídia e à condução da vida social no geral, promoveu uma imagem estigmatizada das *Madres* como as *locas de Plaza de Mayo*. Essa estigmatização se mostrou como uma nítida tentativa do poder militar de deslegitimar e diminuir as reivindicações e a atuação que aquelas mulheres estavam promovendo.

Diante disso, em mais uma atitude de enfrentamento direto ao regime militar, as mulheres tomadas como loucas politizaram as críticas e os estigmas impostos sobre elas. Com o passar do tempo, as *Madres* passaram a apropriar essas injúrias, ressignificando-as positivamente, afinal, “somente a loucura provocada pela desaparecimento de um filho permitiu sua busca, sem medir os riscos presentes” (Hebe de Bonafini, 1988). Sendo assim, esse é mais um passo dado pelas *Madres* na busca pela legitimação de sua luta e, principalmente, para evitar a aniquilação completa da voz e das memórias que desejavam guardar.

As posições assumidas pelo governo com vistas a deslegitimar e extinguir o movimento das *Madres*, bem como negar e ocultar informações sobre os resultados das políticas de terror e repressão, bem como a falta de amparo da mídia para divulgar suas demandas, fez com que esse grupo de mulheres se encontrasse em uma situação de isolamento social. Um isolamento que, em adição a isso, é autorizado e aprofundado pela marginalização do gênero feminino no processo de formação do aparato estatal.

Conforme a luta em busca da verdade por parte das *Madres* ganhava espaço na esfera pública, o poder militar se mostrava cada vez inegociável em relação a suas posições. Isso porque, se atendesse a tais demandas, o Estado terrorista inaugurado com o golpe de 1976 na Argentina teria sua própria existência colocada em questão (GORINI, 2017, p.13) com a desestabilização de certas ideologias e políticas que lhe conferiam sustentação. Por outro lado, o agravamento dos atos e decretos de aprofundamento da repressão militar, faz com que o número de famílias e, em especial, de mães em busca de seus parentes e filhos alcance proporções difíceis de acobertar. Com isso, paradoxalmente, tornando o terror da ditadura impossível de ser ignorado.

Todas essas mães iam aos mesmos lugares em busca por respostas em relação ao paradeiro de seus filhos, fosse no Ministério do Interior, na Polícia, em igrejas ou nas ruas. Pouco a pouco essas mulheres começaram a se enxergar umas nas outras e a perceber que suas demandas eram muito similares entre si, permitindo que o movimento das *Madres* crescesse e tivesse sua existência e atuação reconhecidas por uma parcela cada vez maior de argentinos e, eventualmente, no exterior. Por isso, mesmo que por trás de uma máscara, o movimento continuou agindo em resposta à exacerbação da violência do regime militar, buscando resistir a todo custo através da elaboração de novas formas de organização entre elas e

também de formas de atuação públicas, bem ao centro da *Plaza de Mayo*, o símbolo de sua luta.

O documentário *500 – Os Bebês Roubados pela Ditadura Argentina* mostra como, por trás das imagens divulgadas ao mundo durante a Copa do Mundo de 1978, a Escola de Mecânica da Armada (ESMA), um dos muitos centros de detenção estabelecidos em Buenos Aires, empreendia torturas continuamente. Na ESMA e em muitos outros centros de tortura, encontravam-se centenas de mulheres grávidas que, diante da violência, lutavam por suas vidas e pelas vidas de seus filhos, que ainda nem haviam nascido. Além da brutalidade física vivenciada por essas mulheres, havia uma severa violência psicológica, que tinha como uma de suas dimensões principais o sequestro e desaparecimento dos bebês que nasciam no centro clandestino. É a partir dessa situação que as *Madres* começam a conhecer um pouco mais sobre o que acontecia não só na ESMA, mas em outros centros espalhados pelo país.

Diante do sequestro, bem como do fato de que muitos desses bebês foram dados a famílias de militares, a dimensão social e a socialização da maternidade foram afloradas e serviram como base para uma atuação mais pontual do grupo quanto aos centros de detenção e tortura, além de abrir espaço para atuação em busca da verdade quanto ao destino desses bebês. Sendo assim, em decorrência da necessidade de pensar uma atuação pública reinventada e que, ao mesmo tempo, fosse cada vez mais percebida, em agosto de 1979, a *Asociación Madres de Plaza de Mayo* (AMPM) foi formalmente registrada como uma organização promotora dos valores democráticos na Argentina, marcando uma nova conjuntura no âmbito do movimento.

Em vista dessa formalização, juntamente com a expansão do movimento, elas conseguiram organizar a primeira *Marcha de la Resistencia*, em 10 de dezembro de 1981, que inaugurou uma tradição anual. De forma muito rápida, o momento em que a ditadura se encontrava permitiu com que as Marchas se tornassem um dos principais meios para as *Madres* expressarem publicamente tudo aquilo que elas estavam dispostas a realizar: caminhar, resistir e se exibir bem na frente do poder militar (D'ANTONIO, 2000, p. 35-36).

A *Marcha de la Resistencia*, mais que instaurou uma tradição anual, mas também permitiu que as *Madres* pudessem pensar nas marchas como mais um aspecto inovador e central para sua atuação. As medidas implantadas junto ao

Estado de Sítio na Argentina impediam a reunião de grandes grupos sob o risco de prisão. Então, elas marcharam. E decidiram repetir esse ato todas as quintas-feiras no mesmo lugar: a Praça de Maio. Dessa forma, mesmo que a violência brutal do Estado, por vezes, não permitisse que as marchas semanais acontecessem, sempre que possível, dentro de seu novo aspecto de atuação, as *Madres* faziam aparições na praça com a intenção de reforçar sua presença no espaço que tomaram para promover sua luta.

Acima de tudo, a realização regular das marchas permitiu o estreitamento de laços e de solidariedade entre as mulheres integrantes do movimento, favorecendo a formação de uma comunidade a partir do movimento social. De modo que, a partir dos encontros, as participantes conseguiram construir e sustentar uma identidade coletiva própria baseada na socialização da maternidade e na centralidade do gênero feminino. Como consequência de todas essas dinâmicas e, principalmente, de todas as etapas de consolidação do movimento, elas conseguem alavancar um processo de expansão e diversificação.

Nesse sentido, os primeiros esboços da ampliação geográfica do movimento se deram na própria cidade de Buenos Aires, através do estabelecimento de redes de comunicação e informação espalhadas pelas áreas urbanas da cidade. Durante a década de 1980, as *Madres* ampliam suas redes, dando suporte para todas as atividades em quaisquer lugares onde seria possível formar um novo grupo de mães (BOSCO, 2001, p. 314-315). Com início na capital, em pouco tempo, essa expansão se estendeu ao âmbito nacional: em 1984, já tinham sido estabelecidos 21 grupos de Mães ao redor do país.

A popularização do movimento, então, é resultado direto da maior percepção social da revolta quanto à incerteza do destino dos desaparecidos, especialmente dos filhos daquelas mulheres, fato que deu origem à organização movimento, além dos sentimentos que surgem de seu domínio maternal. Nesse sentido, esses dois fatores, muito além de serem as bases de justificativa da agenda e das ações formadas internamente, tiveram um papel essencial para que o público conseguisse receber e compreender suas reivindicações (JACKSON, 2018, p. 56), sobretudo em tempos marcados por censura e brutalidade exacerbadas.

Mesmo tendo contribuído para o processo de ampliação e para o maior conhecimento sobre o papel social e as demandas das *Madres*, a diversificação das redes de comunicação acabou alterando a configuração do movimento. Isso porque,

como retrata Fernando Bosco, elas, grande parte das vezes, não são constituídas pelos mesmos membros, bem como não são estabelecidas por uma mesma configuração, pelo menos não o tempo todo (2001, p. 310). Nesse sentido, as complexidades existentes nas redes de interação promovidas pelas *Madres* salientaram diferentes concepções e ideias defendidas e preferidas entre aqueles que faziam uso dessas redes. Sejam tais interlocutores individuais ou até mesmo organizações dissidentes formadas ao redor do país. Como consequência da divergência entre certos pensamentos e perspectivas centrais para o funcionamento futuro, houve uma divisão do movimento em dois grupos distintos - em um momento em que o regime militar começava a dar indícios de fragilidade.

De um lado, as *Madres de Plaza de Mayo - Línea Fundadora* assentaram sua formação e suas agendas a partir da suposição de que as relações do movimento deveriam estar voltadas para dentro. Ou seja, esse grupo de mães reconhecia que cada mulher do movimento era uma mãe em esforço constante para descobrir o paradeiro de seu filho ou filha, especificamente, e que, então, buscava meios de punição legal para os responsáveis pelo desaparecimento e morte de seu filho (BOSCO, 2001, p. 311). De outro, a *Asociación Madres de Plaza de Mayo* seguiu centrada na ideia da maternidade socializada, entendendo que a socialização é o que autoriza e sustenta a constituição dos vínculos entre o movimento, a sociedade e a política. Isso porque a Associação assume a socialização como a forma central para expandir cada vez mais sua esfera de atuação e influência, através do entendimento da necessidade de reconhecimento da verdade para todos os casos de desaparecimentos, torturas e assassinatos - não apenas o de seus filhos. E, então, elas continuam e destacam a concepção de que cada mulher dentro do coletivo representa o universo de todas as mães cujos filhos desapareceram em decorrência da ditadura, incluindo aquelas mães que escolheram não se engajar ativamente no ativismo social.

Mesmo com a divisão do grupo original em duas organizações diferentes, as marchas na Praça de Maio continuaram semanalmente com as participantes dando voltas na praça em favor de suas demandas. Além disso, a *Asociación Madres de Plaza de Mayo*, sob a bandeira da socialização da maternidade, prosseguiram com seu apoio às demonstrações sociais que se davam ao redor do país, em outros espaços. Ainda mais importante é o fato de que essa postura se tornou mais uma das marcas principais para o reconhecimento das *Madres*, sendo reconhecida como

um “ritual de coletividade” que as ativistas performavam, primeiramente, para manter sua identidade, mas também para reforçar seu compromisso e sua solidariedade com todas as mães que se encontravam, como elas, na busca pela verdade. Algo que é reconhecido e ressaltado por muitas membras do grupo:

Interviews I conducted with members of groups of Madres in different localities in Argentina indicate that, for these women, being in the square at a specific day and time knowing that other women like them are doing exactly the same in many other different places is a way to reinforce their feeling of membership in the groups (BOSCO, 2001, p. 315).

Como destaca o trecho acima, a maternidade permitiu a construção de uma identidade coletiva que é reforçada pelo sentimento de pertencimento a um grupo de mulheres que se aproximam umas das outras. Apesar de muitas dessas mulheres realizarem suas marchas em localidades geográficas diferentes, seus atos se aproximavam tanto devido à construção de suas organizações sob a mesma concepção de socialização do papel materno, como pela aproximação das emoções e das motivações individuais de cada uma dessas mulheres.

Com isso, é notável todo o processo de desenvolvimento e expansão da luta das *Madres* sob uma fundamentação que se dá para além dos laços sanguíneos entre as mães e seus filhos. A maternidade é politizada de modo a constituir não só um núcleo de resistência à tirania, mas também um aspecto central da identidade desse grupo de mulheres. Assim, a maternidade se torna socializada e política, inclusive tendo sua função e imagem alteradas conforme o contexto do regime demandava. Em um primeiro momento, a imagem maternal se alinhava às expectativas sociais que uma mãe deveria seguir, no entanto, não recebia atenção da população. Posteriormente, elas adotam uma postura mais assertiva enquanto mães na cena pública, fortalecendo o lado da dupla jornada que realizavam como donas de casa e ativistas de direitos humanos (BOUVARD, 1994 apud DAUER, 2018, p. 94).

Como consequência, a Associação também consegue se expandir internacionalmente. As viagens das *Madres de Plaza de Mayo* buscavam tanto denunciar o horror que acontecia no país (GORINI, 2018, p. 25) como fomentar articulações com outras organizações políticas para ampliar suas lutas. Apesar de terem em Hebe Bonafini, presidente da Associação, uma de suas figuras centrais, as viagens sempre se davam em nome de toda a organização e não a título individual, aspecto que ressalta a socialização proposta desde as origens do

movimento. Nesse sentido, tudo que dizia respeito aos desaparecimentos seria tratado em nome de todos os desaparecidos, não somente em relação aos filhos e filhas das integrantes da Associação (GORINI, 2018, p. 26).

Em cada viagem, as *Madres* buscavam por aqueles que recebiam suas denúncias, que reconheciam seus testemunhos e que ecoavam suas demandas ao redor do mundo. A organização foi recebida por governos, meios de comunicação, movimentos da sociedade civil, igrejas, sindicatos, organizações internacionais e grupos de argentinos que se encontravam em exílio no exterior. Por um tempo, nesses encontros, as *Madres* definiram que não realizariam pedidos de recursos econômicos. No entanto, com o tempo, alteraram suas percepções e procuraram financiamento exclusivamente para projetos pontuais como livros, festivais e os informes que o movimento produzia. Dessa forma, a partir do apoio recebido das mais diversas frentes, as *Madres* conseguiram se instalar em um pequeno escritório em Buenos Aires (STAN; NEDELSKY, 2013, p.282).

Um dos encontros, nesse sentido, foi com Frede Allen, um especialista em grupos sanguíneos. E, naquele momento, o contato estabelecido com Allen não foi importante apenas para as *Madres*, mas também para as *Abuelas de Plaza de Mayo* - que buscavam por respostas similares à Associação de mães, só que em relação a seus netos. Em *500 – Os Bebês Roubados pela Ditadura Argentina*, *Madres* e *Abuelas* destacam a jornada que se deu a partir de então e que as levou ao banco de sangue de Nova Iorque. Dessa forma, elas descobriram sobre a possibilidade de encontrar seus filhos e netos por meio de exames de DNA sanguíneo, uma tecnologia inédita à época e que poderia dar-lhes muitas respostas e abrir muitos novos caminhos para seguirem: o sangue foi apresentado como um meio para procurar pelos desaparecidos e garantir-lhes identidades.

O documentário destaca mais um encontro importante no que tange, especificamente, o contexto latinoamericano. Com o arrefecimento da ditadura brasileira conseguiram obter apoio de grupos de advogados e militantes em favor da defesa dos Direitos Humanos e que também auxiliaram na busca por seus filhos, netos e familiares perdidos. Dentre esses grupos, estava a Fundação Clamor, que atuou na época auxiliando presos, perseguidos e refugiados políticos, bem como prestando amparo para denúncia de crimes contra os direitos humanos cometidos pelas ditaduras na região. A atuação da Clamor nos países do cone sul permitiu que as *Madres* e *Abuelas* trocar e obter informações e detalhes sobre outras mulheres

na mesma situação e, acima de tudo, permitiu que elas encontrassem respostas sobre o destino de alguns de seus familiares que acabaram sendo sequestrados e levados pelos militares para outros países como por exemplo para o Uruguai e até mesmo para o Brasil.

É possível perceber, portanto, que a Associação se tornava cada vez mais formalizada e reconhecida tanto na Argentina como no âmbito internacional. Todo esse processo de oficialização e de atuação internacional culminou na politização da maternidade e da inauguração dos *pañuelos* brancos como símbolo universal de sua luta. Os *pañuelos* são construídos de forma a fazer uma representação e resgatar a memória e lembranças dos desaparecidos, nesse caso, de forma a ressaltá-los como os filhos pelos quais as mães estavam em busca. Usando-os em suas empreitadas mundo afora, os lenços se tornam muito mais que símbolo de suas demandas e testemunhos, mas também é o que lhes daria a identificação no mundo inteiro como a *Asociación Madres de Plaza de Mayo*.

Um momento marcante do enfrentamento das *Madres* ao regime militar se deu com a Guerra das Malvinas em 1982. Mais uma vez, a ideologia patriótica e o discurso da segurança nacional propagados pela ditadura se fizeram muito presentes nesse momento, sendo, inclusive, as bases da justificativa para o conflito. Fazendo uso do cenário emblemático e midiático iniciado pela guerra com a Inglaterra, as *Madres* buscaram chamar atenção para os desaparecimentos e outras faces do terror de Estado que estavam acontecendo na Argentina (DAUER, 2018, p. 99). A derrota argentina na guerra pelas Ilhas Malvinas fez com que a ditadura militar, que já se encontrava fragilizada, tivesse seu fim consolidado. Os militares se viram sem apoio político, social e internacional para seguir no poder e, dessa forma, abriu-se espaço para a atuação da Multipartidária, uma instância de ação política formada por alguns dos partidos políticos mais importantes da Argentina, que puderam intensificar o processo de redemocratização no país.

Todo o esforço das *Madres*, desde o momento em que cada uma daquelas mulheres, ainda sozinhas, se dirigiam a prédios e órgãos governamentais, foi construído a partir de sua demanda por respostas do Estado em relação aos desaparecidos e, principalmente, no desejo pelo retorno de seus filhos para elas. Desse modo, pelo fato de suas estratégias e agendas serem sustentadas pela não admissão da morte dos desaparecidos, sua atuação seguiu mesmo após o fim formal da ditadura militar em 1983 (FEMENÍA, 1987, p. 15). Nesse sentido, muito longe

de abandonar suas demandas e sua luta, a retomada da democracia permitiu que elas seguissem na busca por respostas e, mais que isso, abriu espaço para que elas demandassem justiça por todos os culpados: "*Aparición con vida para defender la vida y juicio y castigo a los culpables para defender la nación*".

Sendo assim, o que se pode perceber é que, com suas ações e discursos de oposição pública e aberta à ditadura militar, as *Madres* transformam sua qualidade enquanto vítimas do regime em sujeitos ativos de direitos, inaugurando sua posição própria em meio à sociedade argentina. Esse fator, por sua vez, é central para a compreensão do processo posterior de transição democrática na Argentina, que dota o Poder Judiciário de um papel central para a rota política nacional.

Como consequência da lógica jurídica que é operada a partir de então, as demandas das *Madres* dificilmente conseguiriam representatividade expressiva dentro do sistema político e, assim, aquilo que a construção do movimento e da Associação das *Madres de Plaza de Mayo* tomava como sua agenda acabou não sendo totalmente abarcada no processo (BOMBAL, 1992, p. 52), ao contrário do que se esperava. A privação quanto aos meios para provar os danos que sofreram impossibilitaram uma comprovação juridicamente aceita e, por isso, a realidade quanto às bandeiras centrais das *Madres* em favor da aparição com vida e do julgamento e castigo para todos os culpados pelo terror do Estado foi muito aquém daquilo que se imaginava que essas bandeiras possibilitariam.

3

Da confrontação na ditadura à confrontação nos governos da nova democracia

O período transicional tem início logo após o fim de uma revolução ou mudança de cenário político. A grande marca e, simultaneamente, o grande problema da justiça de transição é o fato de que ela se dá em um período limitado que abrange dois regimes distintos (TEITEL, 2009, p. 2013). Por isso, ela deve ser entendida como uma justiça definida por parâmetros políticos, sendo limitada e parcial. Dessa forma, o dilema chave da justiça transicional reside exatamente no contexto da transformação política, uma vez que elas implicam mudanças paradigmáticas - a lei se encontra entre o presente e o passado, entre o retrospectivo e o progressivo.

Por outro lado, como Ruti Teitel ressalta, existe também um dilema que envolve o próprio Estado de direito, que transcende o período de transição e avança sobre a base do Estado liberal (2009, p. 2017). Esse dilema tende a ser mais expressivo em áreas que apresentam maior controvérsia política. Em outras palavras, em áreas nas quais as alterações nos paradigmas políticos tensionam em maior grau com o valor da adesão aos princípios da jurisprudência estabelecida. Por isso, em períodos de transição, o questionamento aos limites da legitimidade política e judicial é constantemente enquadrado em termos antitéticos.

Sendo assim, o que se percebeu com o fim dos sete anos de regime militar na Argentina foi o restabelecimento da democracia no país sob um legado bastante pesado devido às dimensões dos dilemas levantados pela transição. Em especial, os movimentos contraditórios de pressão aos quais os governos democráticos subsequentes vêm sendo submetidos. De um lado, a pressão de demandas por justiça para as vítimas do terrorismo de Estado promovido pela ditadura, de outro, a pressão se dava em favor da garantia de anistia para os militares.

Essa oposição clara entre as demandas que chegam para os governos iniciais da redemocratização revela que a violência conduzida pelos militares é interpretada de forma antagônica por diferentes grupos sociais. No entanto, mesmo as demandas sendo completamente opostas entre si, não se pode negar que as questões da violência do Estado e dos desaparecidos se tornaram uma parte integral da política e da sociedade argentina (BEVERNAGE, 2012, p. 25). As vítimas de desaparecimento passam a constituir, nos termos de Bevernage, uma verdadeira

“população fantasma”, uma vez que seus paradeiros nunca foram conhecidos e, por isso, não existe uma certeza absoluta quanto à sua morte, ou como ocorreu sua morte. Sendo assim, esse cenário afeta diretamente o período de transição, em especial na condução de julgamentos e, acima de tudo, nas reclamações contínuas por justiça por parte de grupos da sociedade civil.

Do outro lado, antes da transição para as instituições democráticas, os militares buscaram garantir que não seriam julgados por crimes de violação de direitos humanos. Nesse sentido, para se protegerem, em primeiro lugar, a Junta publicou o *Documento Final sobre la guerra contra la subversión y el terrorismo*, no qual exaltava o dever cumprido na luta contra o terrorismo em prol da nação. Em adição a isso, o documento toca na questão dos desaparecidos de forma abrangente, mas que, ao mesmo tempo, serve como um último recurso para resposta, tentando evitar grandes condenações aos militares:

Es el tema de los desaparecidos, el que con más fuerza golpea los sentimientos humanitarios legítimos, el que con mayor insidia se emplea para sorprender la buena fé de quienes no conocieron ni vivieron los hechos que nos llevaron a esa situación límite. La experiencia vivida permite afirmar que muchas de las desapariciones son la consecuencia de la manera de operar de los terroristas (ARGENTINA, 1983).

Ainda segundo o documento, afirma-se que “alguns ‘desaparecidos’ cuja ausência havia sido denunciada logo apareciam executando ações terroristas”, mas que também havia casos em que “os terroristas abandonaram clandestinamente o país e vivem no exterior com identidade falsa” (ARGENTINA, 1983). Dessa forma, fica claro pelo documento que aqueles desaparecidos, que não estivessem em exílio ou escondidos, tinham sido mortos em confrontos diretos com as forças armadas e, portanto, deveriam ser considerados como tal:

La posibilidad que personas consideradas desaparecidas pudieran encontrarse sepultadas como no identificadas, ha sido siempre una de las principales respuestas aceptadas por el gobierno. [...] en distintos cementerios, se podía verificar la inhumación de personas no identificadas que habían fallecido en forma violenta, en su mayoría en enfrentamientos con fuerzas armadas (ARGENTINA, 1983a).

Em seguida à divulgação do *Documento Final*, a Junta Militar promulgou a *Ley de Pacificación Nacional*. Seu propósito central era estabelecer as medidas políticas e normativas que serviriam como base para a “definitiva pacificação do

país” (ARGENTINA, 1983b). Nesse sentido, a lei extingue as ações penais e condenações estabelecidas contra parte dos indivíduos que a ditadura considerava terroristas ou subversivos:

Artículo 1º - Decláranse extinguidas las acciones penales emergentes de los delitos cometidos con motivación o finalidad terrorista o subversiva, desde el 25 de mayo de 1973 hasta el 17 de junio de 1982. Los beneficios otorgados por esta ley se extienden, asimismo, a todos los hechos de naturaleza penal realizados en ocasión o con motivo del desarrollo de acciones dirigidas a prevenir, conjurar o poner fin a las referidas actividades terroristas o subversivas, cualquiera hubiere sido su naturaleza o el bien jurídico lesionado. Los efectos de esta ley alcanzan a los autores, partícipes, instigadores, cómplices o encubridores y comprende a los delitos comunes conexos y a los delitos militares conexos (ARGENTINA, 1983b).

Ao mesmo tempo, contudo, a *Ley de Pacificación Nacional* promoveu a autoanistia de todos os militares pelos crimes que foram cometidos durante a ditadura. Em seu art. 5º, a lei estabelece que:

Nadie podrá ser interrogado, investigado, citado a comparecer o requerido de manera alguna por imputaciones o sospechas de haber cometido delitos o participado en las acciones a los que se refiere el artículo 1º de esta ley o por suponer de su parte un conocimiento de ellos, de sus circunstancias, de sus autores, partícipes, instigadores, cómplices o encubridores (ARGENTINA, 1983b).

Durante a ditadura, o regime era sustentado por meio da articulação de duas concepções de poder: desarticulante e estrutural (GOTI, 1996, p. 125). O poder desarticulante é expressado através do terror, que altera as percepções e crenças sociais. Ou seja, ele é capaz de diversificar a realidade social. Ao contrário do poder articulante, típico de regimes democráticos, no qual o consenso permite a promoção da cooperação social no campo da política, o poder desarticulante, então, opera de forma a impedir o estabelecimento de uma oposição coordenada.

Portanto, esse poder está centrado na obtenção e retenção do poder político sobre a sociedade a partir do impedimento da organização social. Tal *modus operandi* é principalmente sustentado pela limitação da comunicação e do acesso à informação no meio social – o que gera medo e confusão, favorecendo o controle do regime. Por outro lado, o poder estrutural diz respeito à forma com que a sociedade define e resolve seus conflitos e se constitui como um aspecto central na maneira com que o povo entende a cultura do terror. Logo, o poder estrutural é aquele que, na transição para a democracia, influencia nos entendimentos da

sociedade sobre os crimes e os responsáveis pelo terror. Assim, ficam evidentes as condições a partir das quais podemos compreender a existência de demandas opostas entre diferentes grupos no imediato pós-ditadura.

O terror instaurado pela ditadura destruiu as conexões entre os cidadãos, dificultando, a princípio, a organização entre si. No entanto, com o enfraquecimento e eventual dissolução do regime, as conexões sociais se reconstruíram, autorizando uma mudança de paradigma no que diz respeito ao poder estrutural e, mais especificamente, à culpabilidade dos transgressores. Responsabilizar os infratores por seus atos, nesse sentido, significa mais do que enviar uma mensagem para a sociedade de que certos atos não devem ser repetidos: coloca em pauta a moralidade, ao ilustrar razões pelas quais os infratores desrespeitam valores sociais (GOTI, 1996, p. 140).

Com o enfraquecimento do poder desarticulante e a possibilidade de comunicação entre os diferentes grupos sociais, a articulação da oposição começou a ser possível, e isso promove uma mudança de paradigma no poder estrutural. A informação, cada vez mais, chega à sociedade e as dinâmicas de poder que regiam o regime militar foram alteradas. Diante desse cenário, o reconhecimento de parte dos crimes da ditadura pelos militares acaba por se constituir como um movimento natural desse grupo, uma vez que seguir negando tudo o que haviam feito era cada vez mais complicado frente às movimentações e percepções sociais.

Contudo, apesar de reconhecer os crimes cometidos por ela própria, a Junta buscou proteger a si mesma para que não sofresse as consequências legais que os julgamentos e a transição acarretariam caso não tivessem se auto anistiado. Assim, em um de seus últimos movimentos enquanto ainda no poder, os militares ordenaram a destruição de todos os documentos e arquivos que poderiam servir de provas pelos crimes cometidos. Consequentemente, acabaram por fadar ao esquecimento informações-chave sobre os crimes, sobre as vítimas e o destino delas após seu sequestro ou sua prisão. Em última instância, as tentativas de apagar a memória da ditadura e de se blindarem da justiça vieram a afetar de forma direta o processo de transição e consolidação da democracia no país.

3.1

Os impasses entre paz e justiça e suas implicações no processo de transição

Em dezembro de 1983, com a eleição de Raúl Alfonsín, a ditadura argentina chegou formalmente a seu fim. O processo que sucedeu a partir de então foi um marco para o contexto da América Latina nos anos 1980 em matéria de justiça de transição, uma vez que a Argentina foi o primeiro país a realizar um processo desse tipo na região.

Como em todos os casos de transição, na Argentina ela também começa com a crise do regime militar. Depois da derrota para o Reino Unido na Guerra das Malvinas, a junta militar perdeu ainda mais sua credibilidade e, como consequência, eleições democráticas foram convocadas – nas quais Alfonsín venceu. Logo, pouco tempo depois de assumir, o Alfonsín aprovou leis que sustentavam e implementavam políticas de resposta à violência promovida durante o regime anterior (ZUNINO, 2019, p. 63). Além de estabelecer decretos voltados para o julgamento dos responsáveis pelos crimes, houve o estabelecimento de uma comissão da verdade para investigar os desaparecimentos forçados e o sequestro de crianças: a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP). Sendo assim, o presidente eleito deu início à primeira etapa do processo transicional, denominada “abertura” ou “liberalização”. Dessa forma, o momento inicial da transição é caracterizado, exatamente, pela supressão gradual das restrições às atividades políticas impostas pelo regime autoritário (FONTANA *apud* MAZZEI, 2011, p. 9).

Em meio às tentativas de apagamento do terror da ditadura por parte dos militares, a CONADEP foi fundamental para trazer à tona evidências que serviriam como base para os julgamentos dos responsáveis. Como houve a destruição de muitos documentos, a Comissão da verdade trabalha com estimativas. Apenas nove meses depois de sua implementação, seu relatório final foi entregue ao Governo Federal, estimando um número de 8.960 desaparecimentos forçados e de 380 centros de detenção clandestinos durante os anos do regime militar. Inclusive, por conta da impossibilidade de confirmar o número de casos e centros de tortura com precisão, as estimativas variam muito, com algumas delas admitindo um número superior a 30.000 desaparecidos.

Somado ao fato de que os números não eram precisos, o caso da redemocratização argentina foi marcado pela formação de grupos opositores e confrontações políticas diretas entre eles. Tais oposições, favorecidas pelo desmonte rápido do regime ditatorial, acabam influenciando diretamente no andamento dos processos da justiça de transição no país (O'DONNELL apud MAZZEI, 2011, p. 13). Por isso, a garantia de justiça plena é um fator que chama muito a atenção ao tomar o caso da Argentina para análise.

A responsabilização pelo terror e pela violência de Estado seriam um grande desafio, em especial por conta da resistência do Supremo Tribunal Militar argentino. Em um primeiro momento, o governo Alfonsín buscou realizar os julgamentos dos líderes das juntas em tribunais militares, de forma que as próprias Forças Armadas poderiam determinar as sentenças dentro de seu próprio âmbito. Além disso, dar aos militares a possibilidade de punir aqueles que realizaram os crimes durante a ditadura seria uma forma de retomar a legitimidade desse grupo. Porém, o Supremo Tribunal Militar não entendia as ações e medidas do regime militar como crimes. Consequentemente, os casos foram para julgamento em tribunais civis.

Logo, em 1985, o Tribunal de Apelação Federal de Buenos Aires iniciou os julgamentos aos nove generais acusados, com declarações tanto dos réus como da acusação. Diante dos muitos casos documentados pela comissão da verdade, a acusação optou por apresentar aqueles mais representativos, levando as vítimas como testemunhas ao tribunal. Ademais, ex-presidentes e figuras importantes de governos pré-ditadura deram testemunho. Com base nisso, a acusação evidenciou tanto a participação de grande parte dos réus militares nas operações anti-subversão como – e principalmente – a dimensão das violações institucionalizadas pela ditadura (SPECK, 1987, p. 502). Por outro lado, a defesa não argumentava contra os fatos apresentados, mas sim punha em xeque sua relevância. Ou seja, a defesa baseou seu argumento no fato de que a guerra suja era necessária e justificada diante da situação a qual a Argentina enfrentava no momento em que a ditadura fora estabelecida (SPECK, 1987, p. 503).

Durante o tempo em que os testemunhos foram colhidos, os processos e entrevistas conduzidos no Tribunal foram amplamente cobertos pela imprensa argentina. Igualmente, cidadãos poderiam comparecer ao Tribunal para ouvir os testemunhos, mesmo que em número reduzido. Isso revela que a sociedade civil

tinha acesso ao andamento dos processos e mecanismos da justiça de transição e, já com a abertura política, houve a possibilidade de comunicação entre diversos grupos da sociedade civil, no próprio país e internacionalmente.

A atuação de organizações e movimentos de defesa dos direitos humanos adquiriu destaque no meio social à medida que o processo de transição avançava na Argentina. Esse contexto também foi marcado pelo início de processos de transição em outros países do continente, como Brasil, Uruguai e Chile. Isso permitiu a atuação desses movimentos sociais em rede, com destaque para os contatos e apoios entre as associações de familiares dos desaparecidos e organizações internacionais de direitos humanos (ELSEMANN, 2012, p. 103). Por meio dos relatórios e documentos compartilhados entre essas organizações, aspectos relevantes sobre os regimes militares latino-americanos passaram a ser reconhecidos dentro da Argentina e nos países vizinhos.

As movimentações e oposições dentro da estrutura institucional argentina também ficaram evidentes desde o início do funcionamento do Tribunal. Alfonsín enfrentou crises marcadas pela ação de grupos que inflamavam a opinião pública e traziam novamente para debate a volta de um regime ditatorial. Com efeito, as crises castrenses representaram movimentos e ações de grupos militares e civis que seguiam apostando as fichas na volta de um regime militar, externando forte descontentamento com o restabelecimento da democracia (MAZZEI, 2011, p. 13). Dentro do próprio corpo institucional do país, figuras como o Ministro da Defesa, que mantinha pontes e relações diretas com as Forças Armadas, se opunham às políticas e medidas que o Tribunal buscava implementar para garantir a transição, até mesmo afirmando que sua continuação poderia levar a graves respostas políticas. Em outras palavras, a cena pública argentina enfrentava a possibilidade de um novo golpe militar em resposta ao que se dava no processo de julgamento dos generais.

De um lado, um grupo buscando operar por meio de ameaças e concessões com os militares com vistas a dar continuação ao governo democrático recém-instaurado. De outro, indivíduos e grupos que buscavam a responsabilização coletiva das juntas pelos crimes cometidos para que fosse possível garantir justiça às vítimas e às famílias, ao mesmo tempo que a democracia prevalecesse. Sob esses debates e impasses, o Tribunal seguia realizando suas atividades.

Após mais de seis meses de processos de coleta de testemunhos e das arguições da defesa e da acusação, em dezembro de 1985, o Tribunal de Apelação Federal condenou cinco membros das duas juntas militares anteriores à prisão por violação de direitos humanos. Dentre os crimes pelos quais nove generais foram acusados e julgados, estavam assassinato, tortura, detenção ilegal e encobrimento (ZUNINO, 2019, p. 63). Em primeiro lugar, torna-se evidente que os vereditos e as sentenças demonstraram uma postura de recusa do Tribunal em distribuir a culpa coletivamente, como demandava a acusação (SPECK, 1987, p. 503) – principalmente levando em conta que, dos nove generais que entraram em julgamento, quatro saíram impunes.

Um outro aspecto relativo aos procedimentos adotados pelo Tribunal diz respeito à realização dos julgamentos sob as leis criminais argentinas que estavam em vigor durante o tempo em que as juntas estavam no poder. Tomando outros casos de transição e a forma com que os julgamentos foram conduzidos, o mais comum é que os perpetradores sejam julgados e sentenciados de acordo com as normas do direito internacional. Além disso, o foco dos julgamentos não estava no questionamento da legitimidade da junta militar como governo e de sua tática de guerra suja contra a subversão. Como resultado, o centro do processo estava na condenação dos réus pelos crimes cometidos, buscando torná-los o mais parecido possível com os tribunais criminais comuns (SPECK, 1987, p. 494).

Com o veredito final dos julgamentos, as organizações e ativistas de direitos humanos não entenderam o resultado como favorável à garantia de justiça. O movimento das *Madres de Plaza de Mayo* emerge como uma das maiores vozes na persistência na busca por justiça. O movimento é um dos grupos que reivindica ativamente contra a limitação dos julgamentos aos poucos líderes das juntas, que sequer foram condenados em sua totalidade. Muito além das violações dos militares e da polícia, as *Madres* acreditavam que grupos de setores da sociedade, como padres, advogados e médicos, também deveriam ser responsabilizados por sua cumplicidade e incentivo ao terror promovido pelo Estado durante a ditadura - como ressaltou Hebe de Bonafini, presidente da Associação das Mães:

We're going to continue in the same way because we still haven't got justice. They've tried to convert us into the mothers of dead children and put an end to the problem of the disappeared. We will never accept they are dead until those responsible are punished. If we accepted that, we would be accepting that murderers and torturers can live freely in

Argentina. They can't negotiate with the blood of our children. The Madres de Plaza de Mayo are never going to permit that. (apud GOTI, 1996, p. 178).

Por conta de seu espaço reclamado em meio à sociedade argentina através de sua atuação e de sua luta inovadora contra o autoritarismo militar, as *Madres* tornaram-se símbolos dos protestos políticos para além da ditadura. Mais do que isso: o apoio às *Madres* foi central dentro da Argentina, servindo de exemplo para que outros grupos e movimentos de mães em outros países, como o Chile, tivessem espaço para fazer denúncias e obter auxílio internacionalmente (ELSEMANN, 2012, p. 103).

Como organização, as *Madres* sustentavam uma postura bastante radical quanto aos resultados e as determinações finais dos julgamentos. Apesar das organizações e dos defensores dos direitos humanos compreenderem a influência política no funcionamento do Tribunal, a visão mais radical das *Madres* era minoritária. Mesmo assim, as ações do movimento e seu trabalho contínuo em prol da justiça foram essenciais para fortalecer o debate em prol da justiça, especificamente levando em conta o grande número de desaparecidos.

O posicionamento mais radical das *Madres* é reflexo, também, do grande desacordo presente na sociedade e no próprio corpo político argentino. Juntamente com os impasses entre paz e justiça no âmbito da justiça transicional, as visões inconciliáveis dentro da opinião pública e política influenciaram todo o cenário naquele momento. Até mesmo figuras do alto escalão do governo Alfonsín discordavam quanto à natureza da tática da guerra suja e quanto ao grau de culpabilidade de oficiais de baixas patentes (GOTI, 1996, p. 180). A sociedade argentina, então, se via separada por versões sobre a guerra suja, principalmente, no que diz respeito ao como, ao porquê e a quem eram os responsáveis.

Como resultado da combinação desses fatores, as decisões do Tribunal de Apelação Federal de Buenos Aires acabaram sendo entendidas pela opinião pública como resoluções sem autoridade. Em um primeiro momento, principalmente, porque o foro não conseguiu estabelecer e avaliar os fatos e testemunhos levados aos julgamentos. No final das contas, o ineditismo dos julgamentos, somado aos impasses entre paz e justiça, acabou ofuscando a forma com que o processo transicional foi concebido e conduzido.

3.2

Sob a paz, disputas entre história e memória

Os julgamentos tornaram-se uma constante fonte de confrontações e pressões dos mais diversos setores – sociais, políticos, econômicos etc. Apesar das condenações dos militares pelos crimes cometidos, eles seguiram defendendo o golpe e a necessidade do terror e das violações para combater a subversão no país (GOTI, 1996, p. 182). Assim, os militares buscavam, sempre que possível, oportunidades para transmitir seus posicionamentos diante das questões. Nesse sentido, eles não somente entendiam as acusações como posturas e interpretações incompreensíveis, mas também começaram a se colocar em uma posição de vítimas diante da sociedade, entendendo que, ao invés de reconhecer o triunfo das Forças Armadas, o corpo político-social se colocava contra eles.

Como consequência, as controvérsias existentes na opinião pública tiveram grande influência na percepção sobre a ditadura e a redemocratização no país, no contexto da justiça transicional. Portanto, os resultados dos julgamentos e as posturas apresentadas pelo governo Alfonsín não podem ser interpretados fora da esfera dos embates no cenário político-social da transição. A partir de então, o que antes se apresentava como um impasse entre paz e justiça, transformou-se em uma solução pacificadora.

Desse modo, a paz foi priorizada com a justificativa de que seria o melhor caminho para conciliar os interesses e divergências e consolidar a democracia no país novamente. As disputas entre diferentes grupos dentro do governo federal sobre a conveniência política e os procedimentos dos julgamentos foram gradualmente arrefecidas, evidenciando, com isso, a preferência pela redemocratização às preocupações sobre os abusos de Estado. Nesse sentido, um dos assessores legais do governo Alfonsín, Jaime Malamud-Goti, salientou essa escolha: “*We agreed with the view that trying the perpetrators in the military of the worst crimes would contribute to the consolidation of democracy by restoring confidence in its mechanisms*” (apud ARTHUR, 2009, p. 323).

Pela forma com que o processo foi conduzido, cada vez menos os abusos, o terror e os crimes cometidos pelo Estado durante o regime militar se tornavam alvo de contestação e debate na opinião pública. Grande parte da população apontava apenas para os militares como responsáveis por todo o sofrimento do país. Com

isso, à exceção de poucos grupos, como as *Madres*, que ainda buscavam lutar pela justiça e pela condenação de mais militares e civis por serem cúmplices da ditadura, grande parte da população aceitou as decisões do tribunal, e os debates quanto às dimensões dos crimes cometidos gradualmente perderam visibilidade.

Enquanto a opinião pública parecia esquecer a gravidade das violações aos direitos humanos cometidas, ainda em resposta às sentenças dadas aos líderes das juntas, movimentos e alas militares se mostravam cada vez mais opostos aos julgamentos. Setores da extrema-direita argentina desafiavam a autoridade do Tribunal e apresentavam desafios ao governo Alfonsín ao promoverem explosões e discursos desafiando a ordem democrática (GOTI, 1996, p. 65). Sob pressão, um ano após a condenação dos generais, em dezembro de 1986, o governo aprovou através do Congresso a *Ley de Punto Final*:

Artículo. 1º - Se extinguirá la acción penal respecto de toda persona por su presunta participación en cualquier grado, en los delitos del artículo 10 de la Ley Nº 23.049, que no estuviere prófugo, o declarado en rebeldía, o que no haya sido ordenada su citación a prestar declaración indagatoria, por tribunal competente, antes de los sesenta días corridos a partir de la fecha de promulgación de la presente ley.

En las mismas condiciones se extinguirá la acción penal contra toda persona que hubiere cometido delitos vinculados a la instauración de formas violentas de acción política hasta el 10 de diciembre de 1983 (ARGENTINA, 1986).

Em suma, a Lei estabeleceu a paralisação dos processos contra os acusados por cometerem crimes durante a ditadura – Alfonsín buscava, com isso, romper com o passado marcado pelo terror. Mais que limitar a apresentação de novas provas e queixas quanto às atividades ilegais realizadas sob o pretexto da guerra suja, ficou determinado pela Lei que as apelações já iniciadas seriam consideradas discutíveis. No entanto, caso os tribunais tomassem medidas em relação a elas dentro do prazo de 60 dias, havia a possibilidade de que os processos decorrentes de tais apelações fossem paralisados ou cancelados – com exceção dos responsáveis pelo sequestro de recém-nascidos.

Como resultado, uma série de processos acabou sendo arquivada. Por outro lado, uma avalanche de denúncias foi apresentada por grupos de direitos humanos, sobreviventes e familiares dos desaparecidos, e os julgamentos foram continuados pelos tribunais. Aqui, a organização *Madres de Plaza de Mayo* foi um dos atores centrais para garantir que as denúncias fossem feitas e que um número de

julgamentos seguisse em curso para, ao menos, garantir a responsabilização e a punição dos criminosos.

As singularidades do poder outorgado ao judiciário na Argentina revelam um cenário em que diferentes atores não operam sob um mesmo registro político. Tomando as Mães como exemplo, é possível perceber que, em muitas situações, elas se viam impossibilitadas de se expressar, de realizar suas denúncias e, acima de tudo, de agir de forma independente nas instâncias legais dos julgamentos (BOMBAL, 1992, p. 52). Logo, grupos e movimentos de direitos humanos, com destaque para as *Madres* que buscavam uma responsabilização e a sentença ampla dos perpetradores do terror de Estado, encontravam-se em posição de desvantagem para construir suas denúncias de forma que o tribunal as assumisse como válidas e verdadeiras. Superando as dificuldades impostas pelo sistema, os esforços das Mães e de coletivos e instituições similares não permitiram que os julgamentos fossem interrompidos em sua totalidade.

A continuação do funcionamento dos tribunais foi o grande estopim para o levante dos *Carapintadas*, iniciado na Semana Santa de 1987 e que questionava os vereditos dados às juntas, bem como reclamava por maior impunidade aos militares – em especial após a *Ley de Punto Final* falhar em beneficiar diversos oficiais e suboficiais que seguiram em juízo. Entre suas demandas mais expressivas, estava a garantia de anistia para as Forças Armadas. Por mais que os *Carapintadas* não possuíssem o amplo apoio popular, contavam com o aval das Forças Armadas Argentinas, que se negaram a reprimir os militares rebeldes.

Diante disso, os processos e mecanismos da justiça de transição seguiram de forma bastante conflituosa por conta da atuação de grupos militares – alguns dos quais demandando mais do que apenas anistia, outros buscando retomar o poder. Mais uma vez, ameaçado pela possibilidade de um novo golpe que minasse a democracia no país, o Senado e o Congresso aprovaram a *Ley de Obediencia Debida*, proposta pelo Executivo. Esta determinava que:

Artículo. 1º - Se presume sin admitir prueba en contrario que quienes a la fecha de comisión del hecho revistaban como oficiales jefes, oficiales subalternos, suboficiales y personal de tropa de las Fuerzas Armadas, de seguridad, policiales y penitenciarias, no son punibles por los delitos a que se refiere el artículo 10 punto 1 de la ley Nº 23.049 por haber obrado en virtud de obediencia debida.

La misma presunción será aplicada a los oficiales superiores que no hubieran revistado como comandante en jefe, jefe de zona, jefe

de subzona o jefe de fuerza de seguridad, policial o penitenciaria si no se resuelve judicialmente, antes de los treinta días de promulgación de esta ley, que tuvieron capacidad decisoria o participaron en la elaboración de las órdenes.

En tales casos se considerará de pleno derecho que las personas mencionadas obraron en estado de coerción bajo subordinación a la autoridad superior y en cumplimiento de órdenes, sin facultad o posibilidad de inspección, oposición o resistencia a ellas en cuanto a su oportunidad y legitimidad. (ARGENTINA, 1987).

Não obstante as concessões que o governo federal seguia garantindo aos militares, os *Carapintadas* continuaram agindo e realizando ameaças à ordem democrática argentina, em especial levando em conta as eleições de 1989. Assim, naquele ano, Carlos Menem foi eleito e assumiu o poder Executivo e, diante das situações e dos motins dos *Carapintadas*, o novo presidente reprimiu “a sangue e fogo” a oposição ao seu governo (MAZZEI, 2011, p. 14). Porém, isso não o impediu de seguir cedendo aos militares.

Entre os anos de 1989 e 1990, Menem firmou uma série de dez decretos que concedem perdão a militares e civis que estavam sendo ou haviam sido julgados e condenados por crimes durante a ditadura. Os quatro primeiros, sancionados em 1989, perdoaram cerca de 300 pessoas – dentre elas todos os chefes militares que não haviam sido beneficiados pelas leis de *Punto Final* e de *Obediencia Debida*. Além disso, foram perdoados membros e líderes das guerrilhas e todos os acusados de subversão. Os indultos também foram concedidos aos *Carapintadas*, assim como a junta de comandantes formada por Leopoldo Galtieri, Jorge Isaac Anaya e Basilio Lami Dozo, condenados por crimes cometidos durante a Guerra das Malvinas (MIGNONE).

Mais uma vez, grupos de direitos humanos repudiaram veementemente a nova tentativa do Estado em desresponsabilizar os militares. Milhares de argentinos foram às ruas em todo o país e marcharam contra os perdões concedidos por Menem. Diante da repercussão na opinião pública, o presidente declarou que caso não tomasse uma decisão urgente, uma ferida aberta seria deixada no corpo da República (EL PAÍS, 1989) – em mais um discurso claro que revela a opção da paz a despeito da justiça na transição.

A Associação das *Madres de Plaza de Mayo* condenou a postura do governo e foi a única organização de direitos humanos que se mobilizou para realizar uma contra-marcha em frente ao obelisco de Buenos Aires, principalmente por entender

que os indultos vinham sendo concedidos desde muito antes, com as leis aprovadas no governo Alfonsín. Em nome da organização, a presidente da AMPM, Hebe de Bonafini, expressou-se abertamente contra os decretos feitos por Menem: “*Estamos en rebeldía por el documento que se va a leer. Eso ya se ha dicho, ahora hay que decir los nombres de los responsables*” (EL PAÍS, 1989).

Ainda assim, novos indultos foram decretados posteriormente e incluíram militares já condenados e que possuíam posições e funções de destaque na ditadura, como Jorge Rafael Videla; Emilio Eduardo Massera; Orlando Ramón Agosti; Roberto Eduardo Viola e Armando Lambruschini, ex-membros das juntas militares, e Juan Ramón Alberto Campos e Ovidio Pablo Ricchieri, antigos chefes da política da província de Buenos Aires. Da mesma forma, os perdões de 1990 abarcaram condenados por subversão durante o regime militar: Mario Eduardo Firmenich, líder da guerrilha dos Montoneros, e outras figuras centrais da oposição à ditadura foram perdoados oficialmente pelo governo argentino (MIGNONE, 2021).

Com os indultos e a derrota dos movimentos militares que ameaçavam todo o processo, passou a ser possível falar em um “final do processo de transição”, uma vez que se entendia que os atores políticos centrais não mais representavam uma ameaça à existência desse regime. Somado a isso, é possível perceber que as Forças Armadas retomam um lugar de submissão em relação ao poder Executivo civil. Mesmo assim, os desfechos do processo de consolidação do novo regime argentino ainda geram questionamentos sobre a forma com que foi possível reduzir e derrotar as movimentações de grupos militares no país, uma vez que isso se deu como consequência da reversão de todas as decisões que responsabilizavam os ditadores pelos crimes que cometeram.

Os grupos de direitos humanos continuaram enfrentando e questionando as soluções propostas pelo governo federal da Argentina para lidar com o tema militar. As Mães da Linha Fundadora, já separadas da AMPM, aderiram às marchas e aos posicionamentos desses grupos. A associação, por sua vez, com base em suas interpretações sobre a responsabilização dos crimes e, acima de tudo, sobre o significado dos indultos, procurou seguir seus próprios caminhos em meio ao cenário que marcava a transição naquele momento (BOMBAL, 1992, p. 64). A cisão entre a Linha Fundadora e a *Asociación Madres de Plaza de Mayo* – que antes se manifestava muito mais internamente – expôs, assim, sua primeira divergência

substancial quanto a bandeiras e posições políticas defendidas dentro do novo regime democrático.

Todo o movimento constituído pelos militares desde que o regime ditatorial organizado por eles foi derrubado não se deu para debater a existência dos fatos que estavam em julgamento. Pelo contrário, as juntas e as Forças Armadas reconheceram as violações que tinham cometido – diante da impossibilidade de negá-las perante a população. Dessa forma, a todo tempo, buscaram construir um consenso político em movimentos marcados por suas objeções e ameaças à ordem democrática, assim como pelo fundamento da ideia da ‘vitória’ na luta contra a subversão. Em última instância, sua maior aspiração era favorecer uma reivindicação histórica das ações que realizaram sob suas narrativas próprias de justificativa e necessidade de salvar o país.

Com a transição argentina sendo marcada de forma excepcional pelo julgamento dos militares, o desenvolvimento do processo de redemocratização coloca em foco a abertura de um novo ciclo político e, sobretudo, a participação dos movimentos sociais no novo regime. Isso ocorreu em especial no que tange à atuação da AMPM, que lutou para garantir a continuidade do seu compromisso e do seu ativismo na transição e, eventualmente, na nova democracia. Os símbolos que o movimento das Mães construiu para si – tanto ideológicos, assentados na busca pela verdade e pela justiça em relação aos desaparecimentos, como relacionais, no senso de comunidade e identidade compartilhada que criaram entre si, espaciais, realizando seus protestos em frente aos escritórios e prédios do poder público, e físicos, como o *Pañuelo* – foram essenciais para permitir sua resistência e sua voz na defesa pela justiça e pela memória dos desaparecidos.

Ao contrário de outros grupos dos direitos humanos e até mesmo do grupo dissidente das *Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora*, a Associação das Mães foi contra as movimentações do governo para garantir a proteção e a anistia aos membros e aos comandantes das juntas militares da ditadura. Nesse sentido, sua base de luta e de organização em prol da verdade e da justiça pelos desaparecidos fica ainda mais evidente, mesmo que em um novo contexto político. Da mesma forma, suas marchas seguiram acontecendo e, com a utilização do *Pañuelo*, tornou-se possível identificar e destacar o movimento, conferindo mais visibilidade às suas ações na cena pública argentina. Portanto, as dimensões simbólicas desenvolvidas desde sua fundação permitiram às Madres criar uma correspondência para com a

sociedade no geral, possibilitando-lhes continuar a luta por suas demandas (CUMMINS, 2020, p. 42-43).

A abertura política promovida a partir do regime democrático, portanto, permitiu que a Associação das Mães se aproximasse de diversos movimentos na América Latina, bem como em outras partes do mundo. Em 1989, as *Madres* foram convidadas a participar do seminário *Papel y actuación de las Fuerzas Armadas en América Latina* em Brasília, que contava com a participação de outras organizações e movimentos sociais, bem como de figuras políticas em ascensão – dentre elas, Lula, que viria a ser eleito presidente do Brasil pouco menos de quatro anos depois (ZARRANZ, 2018, p. 397-402). Naquele momento, tanto Brasil como Argentina passavam por seus processos de transição democrática, e o seminário tinha como objetivo realizar um processo de reflexão nos setores que se propunham a realizar uma reforma estrutural na sociedade, bem como conscientizar quanto à necessidade de elaborar uma política sobre o papel das Forças Armadas.

Desse modo, as alianças e as redes formadas com a participação das *Madres* favoreceram o debate sobre a questão da justiça pelos desaparecidos. Desse modo, mesmo com os movimentos internos promovidos por Alfonsín e Menem, a preservação da memória dos crimes da ditadura passou a ser ainda mais reconhecida. Mas não só isso. No início da década de 1990, as *Madres* fortaleceram sua luta em prol dos direitos humanos, ampliando-a para temas como desigualdade social, pobreza, corrupção etc. – elementos que se mostraram presentes na estrutura argentina pós-transição. Dessa maneira, a atuação da Associação das Mães da Praça de Maio continuou para além da ditadura e da transição, e novas gerações se somaram às integrantes fundadoras do movimento ainda vivas – filhos e netos encontrados, agora atuam juntos para garantir a sobrevivência de sua história e de sua luta pela justiça e em defesa da memória.

4

Uma luta contínua

Como vimos no capítulo anterior, a *Asociación Madres de Plaza de Mayo* passou a confrontar os governos democráticos no imediato pós-ditadura por conta das divergências quanto às iniciativas governamentais para lidar com o passado do terrorismo de Estado. Nesse sentido, a chegada de Carlos Menem ao poder significou para a Associação a intensificação dessas divergências e da confrontação com o governo (ROMANIN, 2014, p. 4), em especial no que toca à política de indultos aos responsáveis pelo terrorismo de Estado, às tentativas de frear reivindicações por meio de reparações econômicas às vítimas e a suas famílias e ao acobertamento de militares vinculados com a repressão por parte do governo.

Sendo assim, Menem governou sob um contexto bastante delicado, que significou o passo final para a consolidação da democracia e a garantia da paz. Por isso, a justiça foi posta em segundo plano, o que fica nítido a partir da continuação da lógica iniciada por seu antecessor de ampliação das políticas de conciliação, em especial com os militares que haviam sido condenados. Há, ainda, um aspecto mais específico relativo ao Menemismo: a perseguição de grupos de esquerda e de guerrilha que seguiram atuando na Argentina e que faziam oposição ao seu governo.

Nos campos sociais e econômicos, o presidente também agiu com o objetivo de garantir o processo de redemocratização nacional. Diante da hiperinflação, do grande nível de desemprego e da necessidade de renegociar a dívida externa do país, Menem teve de aplicar as políticas ultraliberais emanadas pelo Consenso de Washington. Assim, a conversibilidade do peso ao dólar foi aplicada e um forte processo de privatizações foi iniciado na Argentina.

Embora tais medidas tenham resultado inicialmente em uma recuperação e até mesmo crescimento econômico no país, o modelo econômico promoveu a desregulamentação dos mercados, a redução das pensões e o aumento dos impostos e serviços. Em especial no segundo mandato de Menem, o modelo ultraliberal levou ao fechamento de empresas, a níveis recorde de pobreza e desemprego e, acima de tudo, deixou em evidência a corrupção política e judicial que se espalhava no país.

A respeito dos processos e modelos defendidos e realizados por Menem, a AMPM adquiriu centralidade na confrontação ao discurso menemista tanto em torno da revisão do passado ditatorial – feita por meio dos indultos – como em

relação ao projeto econômico neoliberal implementado. Sendo assim, a luta das *Madres* fundada contra a ditadura se mantém firme e avança para o cenário político democrático. Da mesma forma, a luta é contínua mesmo diante das alterações nas lutas pelos direitos humanos que se apresentavam com a nova configuração social da Argentina:

la lucha por los derechos humanos se definió en oposición a la impunidad del pasado más reciente. Es decir, a la falta de justicia, verdad y memoria en democracia con respecto a los crímenes cometidos por la última dictadura militar. Asimismo, estos crímenes y la represión en general cada vez más se concibieron en el discurso de los grupos de derechos humanos como la consecuencia de la imposición en el país de un proyecto político y económico de exclusión social que perduraba hasta la actualidad (BARROS apud MORALES, 2016, p. 6).

A figura dos desaparecidos segue na centralidade das reivindicações e da organização das *Madres*, no entanto. Nesse contexto, os opositores ao regime militar adquirem contornos discursivos mais abrangentes, sendo caracterizados como aqueles que foram assassinados justamente por lutarem contra a desigualdade e a injustiça social no país. De outro lado, o projeto neoliberal implementado no país passou a ser percebido como a continuidade e a confirmação do projeto econômico iniciado ainda no período da ditadura.

Dessa forma, a atuação da Associação foi continuada por meio da recuperação dos ideais de seus filhos desaparecidos e de sua utilização para legitimar a luta frente à nova realidade que se apresentava na Argentina. Em outras palavras, a nova significação dos desaparecidos é somada à resistência das *Madres*, de modo que a continuidade da luta por seus filhos segue a partir do levantamento de suas bandeiras. Portanto, a luta é contínua não somente no que tange à denúncia dos crimes e violações cometidos na ditadura e na demanda por verdade e justiça, mas também no que diz respeito à configuração nacional articulada a partir da noção de pacificação nacional. Assim como a incorporação da luta de seus filhos, da reivindicação de sua militância, de suas práticas e do projeto que eles imaginavam para o país (MORALES, 2016, p. 7-8).

Dentro desse processo de ressignificação da luta, a dimensão da socialização da maternidade se mantém como um dos pilares e, mais ainda, é expandida. As *Madres* não seriam mães, apenas, dos desaparecidos durante a ditadura: tornaram-se “mães do povo”. Ainda em 1998, em um de seus discursos, Hebe de Bonafini

deixou evidente a importância da maternidade socializada no novo momento político argentino:

Yo les digo que las Madres, mientras tengamos vida, mientras tengamos un soplo de aliento, vamos a seguir luchando por la vida de nuestro pueblo. Por nuestro pueblo, para nuestro pueblo, junto a nuestro pueblo (apud MORALES, 2016, p. 9).

Nesse sentido, a luta das Mães passa a se articular em torno das vidas precarizadas no sentido político-econômico, as vidas ameaçadas e violentadas pelo sistema neoliberal e pelas políticas propostas pelo Estado. Aquelas que sofrem com a falta de assistência e que estão mais vulneráveis à pobreza, à fome, ao analfabetismo e à falta de moradia. Mais uma vez, a dimensão da maternidade socializada se faz presente na articulação entre a Associação e os movimentos sociais na Argentina – com destaque para os movimentos de trabalhadores, de estudantes e de familiares de vítimas de violência policial e dos coletivos de sexo-gênero (MORALES, 2016, p. 11).

Logo, com a extensão de seus laços com aqueles excluídos e marginalizados, as *Madres* trazem para o foco também a luta contra a impunidade. De modo que a impunidade também se insere no combate ao sistema produtor e normalizador de injustiças e desigualdades. A partir disso, emerge uma luta pelos “desaparecidos do sistema”, como Hebe de Bonafini expressou na 14ª *Marcha de la Resistencia*:

No nos debemos olvidar que todos los días nos asesinan de otra manera, nos matan de otra manera, nos someten de otra manera. Casi sin darnos cuenta, pareciera que como anestesiados, nos van quitando todo, de poco a poco. Y es la obra del ajuste, la obra del liberalismo, neoliberalismo... no, es la obra del capitalismo. No le pongamos otro nombre. Esto es capitalismo puro: sometimiento, explotación, marginación y expulsión de muchos del sistema. Ya muchos no contamos para el sistema (apud MORALES, 2016, p 12).

As ações da AMPM na década de 1990 fortalecem a luta pela garantia dos direitos humanos a todas as pessoas, fazendo, assim, com que a resistência dentro da realidade social instável agravada pelo neoliberalismo se tornasse o principal objeto de confrontação. Ao fim do segundo mandato de Menem, em 1999, a Argentina enfrentava um período em que o cenário político do país se via abalado por uma crise social, política e institucional. Naquele momento, a fragilidade do governo ficou em evidência: até a eleição de Néstor Kirchner, o Poder Executivo

passou pelas mãos de cinco presidentes, que seguiram o processo de despolitização e o silenciamento das práticas criminosas ditatoriais consequentes do neoliberalismo descarado inaugurado pelo Menemismo.

Sobretudo nos anos 2001 e 2002, os organismos de direitos humanos apresentaram um protagonismo significativo diante da crise de representação que atravessava tanto os partidos políticos como as lideranças governamentais. Com isso, a luta por memória, verdade e justiça ganha novamente visibilidade pública, e os organismos de direitos humanos se tornam espaços para expressar os descontentamentos sociais. Desse modo, esses organismos passaram a, cada vez mais, se constituírem sob influência das demandas sociais e a se posicionarem como centros articuladores de protestos populares.

Contudo, a instabilidade política seguiu representando a continuidade da política de impunidade e da implementação do neoliberalismo no país. Mesmo com a maior presença do debate sobre direitos humanos na sociedade, não houve iniciativas por parte dos governos de revisar aspectos das políticas de direitos humanos. Por outro lado, o projeto neoliberal foi aprofundado, agudizando as crises já em curso na Argentina, principalmente a crise política que, por sua vez, se refletia nos demais âmbitos da vida em sociedade.

Diante da vulnerabilidade das instituições e representações políticas e ao passo que as eleições se aproximavam, as integrantes da AMPM se mostravam cada vez mais céticas quanto a uma possível mudança no panorama nacional, sobretudo por conta do entendimento da Associação de que o sistema político argentino no início da década de 2000 passava por um momento de decomposição. Em suma, desde o início da redemocratização, a postura da Associação era de inquietação diante dos governos que assumiram o poder. De forma ainda mais ampla, havia também um forte sentimento de desconfiança quanto às instituições políticas nacionais:

Las Madres tenemos mucha memoria, una memoria fértil que se reproduce, que crece, que se agiganta, porque no nos olvidamos de los radicales que golpearon la puerta de los cuarteles para pedirle a los milicos hijos de mil putas que vinieran a salvar la patria. Y no nos olvidamos de los peronistas que firmaron el aniquilamiento del opositor político y que hoy, radicales y peronistas se llenan la boca haciendo marchitas y queriéndole hacer homenajes a nuestros hijos, [...], Los peronistas, porque dejaron que los mejores peronistas murieran, y los mataron ellos y no hicieron nada por ellos, y los radicales porque hicieron las leyes de vergüenza y hoy nos quieren

decir que son diferentes. Más de lo mismo compañeros, ¡No! (DE BONAFINI apud ROMANIN, 2014, p. 5).

Porém, a ascensão de Néstor Kirchner à Presidência em 2003 representou o início de um governo que, desde sua campanha eleitoral, buscou se diferenciar dos governos anteriores. Procurando fazê-lo, então, através da reinscrição do vínculo entre a experiência ditatorial e a nova democracia. Assim, visando, também, a fundação de uma nova etapa na política da Argentina, na qual as reivindicações populares do passado e do presente seriam resgatadas e compensadas (BARROS; MORALES, 2017, p. 123). Portanto, sob o contexto da nova Presidência, os direitos humanos se tornaram um pilar central para o novo governo desde seus primeiros momentos.

Logo, o discurso do novo presidente estava pautado numa dupla fronteira. De um lado, uma fronteira exclusão do passado recente e as consequências dos processos de reformas econômicas. De outro, uma fronteira que buscava excluir um passado que remontava à ditadura militar, cujas consequências e efeitos seguiram sendo sentidas no país (MORALES, 2016, p. 13). Com isso, Kirchner constituiu, gradualmente, uma narrativa baseada em uma linguagem política própria, que respondia às reivindicações dos grupos de direitos humanos. Mais ainda, que posicionava os organismos e movimentos de direitos humanos em um lugar privilegiado na política emergente naquele momento.

Os ecos do discurso do novo presidente nos cenários político e social influenciaram significativa e imediatamente o âmbito da luta pelos direitos humanos na Argentina. Em primeiro lugar, pelo fato de Kirchner se apresentar como a nova figura que combateria a impunidade. Muito além de um gesto simbólico, essa apresentação se deu de forma prática. Logo nas primeiras semanas de sua gestão, ele se reuniu com os principais organismos de direitos humanos argentinos em diversas ocasiões (ROMANIN, 2014, p. 6). Além disso, promoveu o deslocamento e a retirada de militares vinculados à repressão de cargos de poder.

Em adição a isso, poucos meses depois de assumir, revogou o decreto que impedia as extradições de militares envolvidos em processos de lesa humanidade, mostrando-se a favor da atuação da justiça nacional na resolução do destino dos militares acusados de violar os direitos humanos. Nesse sentido, as leis de *Obediencia Debida* e de *Punto Final* foram anuladas e julgamentos de militares e civis que participaram de atos de repressão foram reabertos. Ademais, o governo

promoveu a conversão da Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA) e outros espaços militares em espaços de memória e defesa dos direitos humanos, a implementação de políticas como a ordem de não repressão aos protestos em espaço público, o cancelamento da dívida externa e até mesmo a mudança de alguns gabinetes ministeriais (MORALES, 2016, p. 14).

Tais medidas concretas permitiram o avanço nos trâmites legais contra os repressores, do mesmo modo que favoreceram um movimento de reconstrução da verdade sobre os crimes cometidos pela ditadura e da memória sobre o passado. O impulso do novo governo e os avanços concretos promovidos a partir de então – e continuados por sua sucessora, Cristina Kirchner – foram validados a partir das respostas e demonstrações dos organismos de direitos humanos, que permitiram a construção do novo presidente como a encarnação da luta pelos direitos humanos e que geraram expectativas quanto ao rompimento da impunidade, que antes era promovida pelo próprio governo.

Todas as disposições realizadas pelo governo kirchnerista foram possíveis, sobretudo, por conta das mudanças substanciais na gestão da memória por parte do governo (BERMÚDEZ, 2015, p. 234). As operações de rememoração arquitetadas, então, transfiguraram o militante de vítima a combatente, herói. Com isso, procuravam extrair da memória sobre a militância dos anos 1970 valores que pudessem ser projetados na experiência política do início dos anos 2000. Como consequência, elementos da militância são transferidos para o presente, sendo possível, assim, perceber continuidades e rupturas tanto nos atores como nas ações e práticas.

A dupla fronteira traçada pelo governo Kirchner faz referência a dois lugares de memória – a ditadura (1976-1983) e o imediato pós-ditadura, com destaque para a década de 1990. Contudo, Néstor e Cristina constroem seu discurso de forma a colocar esses dois momentos como um mesmo bloco histórico. Mais ainda, percebe-se uma grande escassez em seus discursos sobre o período de governo de Alfonsín dentro do contexto do passado recente (BERMÚDEZ, 2015, p. 235), o que se mostra um pouco contraditório, uma vez que foi exatamente no governo Alfonsín que grande parte das medidas e leis revogadas por Kirchner foram estabelecidas.

O esquecimento é proposital e está relacionado exatamente à identidade e à legitimação do kirchnerismo na Argentina. Dessa maneira, buscando constituir-se como o primeiro governo democrático a posicionar-se contra a ditadura, bem como

proporcionar a construção de uma nova linhagem histórica própria. Entretanto, embora a transição iniciada pelo governo Alfonsín não tenha lidado inteiramente com o terrorismo de Estado e tenha aberto espaço para o fortalecimento da impunidade, houve uma condenação da ditadura – limitada, ainda, por conta da atuação de grupos paramilitares que pressionavam e ameaçavam o novo regime democrático.

Por isso, diante de uma democracia ainda em formação e atravessada por crises e na busca por marcar um início de um novo marco político no país, Kirchner conseguiu revogar decisões e medidas tomadas por governos anteriores. De um lado, para reforçar todos os seus discursos e narrativas, de outro, sua própria identidade como um governo inédito. Aqui, cabe ressaltar que o momento histórico permitia que essas revogações acontecessem, ainda mais levando em conta a atuação de movimentos sociais e a percepção cada vez maior das consequências da impunidade nas cenas socioeconômica e política da Argentina.

Sob a mesma operação de rememoração, o discurso oficial das administrações Kirchner promoveu a maior valorização e legitimação da luta dos grupos de direitos humanos, ao mesmo tempo em que permitiu a maior participação desses grupos nas instâncias de decisão e implementação de políticas do Estado que diziam respeito à temática dos direitos humanos. Nesse sentido, organizações que haviam sido fundadas e desenvolvidas sem vínculos com o Estado, passaram a participar ativamente de programas governamentais e da gestão estatal.

Como resultado das articulações promovidas pelo novo governo, a luta histórica dos movimentos de direitos humanos se entrelaçou ao novo projeto político, que, por sua vez, tomava essa luta como um de seus principais aspectos constituintes e, sobretudo, identitários. O Estado, assim, se converteu em um agente central no enfrentamento dos setores e das corporações que foram cúmplices do passado de violência e de impunidade – estendendo esse enfrentamento para além do escopo do setor militar, abarcando todos os setores que contribuíram para a imposição gradual do modelo de exclusão e desigualdade social (BARROS; MORALES, 2017, p. 128).

Dado o exposto, é nítido que as ações e medidas promovidas pelo Kirchnerismo dão visibilidade e materialidade à dupla fronteira que sustenta o governo, assim como contribuíram na reinterpretação do papel e do lugar do governo sob esse novo contexto. O debate sobre a impunidade, gradualmente, se

tornava mais judicializado no país, sendo acompanhado de ações populares e mobilizações sociais que garantiram respaldo para o rompimento da impunidade da forma como foi feito por Kirchner.

A atuação do governo pela exclusão do passado tal como estava buscando se consolidar foi, por isso, central para a AMPM. A princípio, pelo fato de retomar pautas e conteúdos presentes em sua luta desde a fundação do movimento, mas também porque abriu espaço para o estabelecimento de novas relações com o Estado, bem como permitiu novos processos de rearticulação de sentidos e práticas no próprio âmbito da Associação.

Assim, o discurso de Kirchner constituiu uma interpelação às *Madres* tanto por conta da reapropriação das pautas estruturantes do discurso histórico da Associação como pelo fato de que o novo governo apresentou uma ruptura com os discursos recentes e indicou a possibilidade de produzir um novo discurso na política argentina (ROMANIN, 2014, p. 3). Mais ainda, o discurso presidencial agregou outros elementos que permitiram a aproximação e identificação da AMPM com o governo de Néstor Kirchner e com as políticas de seu governo, principalmente no que dizia respeito às políticas do presidente em relação aos direitos humanos.

Se antes a denúncia contra a impunidade ressonava de forma isolada nas manifestações de movimentos e grupos ligados aos direitos humanos, agora se fazia presente na esfera política. As articulações entre os direitos humanos e o Kirchnerismo foram ampliadas para além das denúncias, promovendo a ação efetiva de organismos em novos casos. Cabe ressaltar, ainda, que pelo fato de alguns processos judiciais terem sido retomados após a anulação das leis de *Obediencia Debida* e *Punto Final*, um novo fôlego foi conferido à busca por verdade e à recuperação da memória em relação à cumplicidade de setores sociais com a ditadura (BARROS; MORALES, 2017, p. 128). De modo que, também, permitiu a ampliação da causa dos direitos humanos para além da vinculação à ditadura – sendo fortalecida também para reclamar a luta contra a exclusão e a desigualdade social.

Sendo assim, sob o ponto de vista das *Madres*, o ceticismo quanto à política argentina é substituído pela esperança quanto às instituições políticas nacionais, com destaque para a figura do presidente. Em outras palavras, as medidas adotadas pelo novo governo permitiram uma mudança de perspectiva, que se deu a partir da

geração de expectativas e da crença de que seria possível quebrar o ciclo da impunidade no país.

A aproximação da Associação com o governo e suas políticas é também consequência do próprio processo de elaboração discursiva por parte do Kirchnerismo que situava o governo ao lado da sociedade e dos direitos humanos. Com isso, ambos os lados compartilhavam os mesmos objetivos e os mesmos inimigos: “*el enemigo habita en las multinacionales, el enemigo es el imperialismo, el enemigo es Menem, son los que traicionaron, los mafiosos como Duhalde, los enemigos están en otro lugar*” (DE BONAFINI apud MORALES, 2017, p. 14-15). Como consequência, a *Marcha de la Resistencia*, uma das grandes ferramentas de luta da AMPM, foi suspensa durante o governo de Néstor e, posteriormente, de Cristina Kirchner, uma vez que se entendia que o movimento não mais se encontrava na Casa Rosada.

Dessa maneira, a abertura que o Poder Executivo oferece para as *Madres* e outros grupos de direitos humanos agirem politicamente faz com que o Estado seja visto como um espaço aberto. Ainda assim, marcado por disputas. Ou seja, a nova chave de caracterização do Estado pelo movimento se dá tanto em um nível instrumental como em um nível que representa a possibilidade de construção.

Em relação ao primeiro desses níveis, o Estado começou a ser entendido como um garantidor de recursos para o funcionamento e desenvolvimento dos organismos – tanto em termos de apoio às iniciativas em prol dos direitos humanos como de recursos financeiros – que nunca haviam sido disponibilizados. Quanto ao nível referente à possibilidade de construção, essa dimensão é dada exatamente pelo entendimento do Estado como um espaço de disputa. Assim, como Enrique Romanin destaca, esse segundo nível se manifesta na concepção do vínculo com o Estado como um projeto político e estratégico de longo prazo – projeto no qual prevalece a ideia de resistência relacionada com a ideia de impunidade, ponto central para a aderência das *Madres* (2012, p. 52).

Por isso, para as *Madres*, a militância no âmbito do Estado se mostra como uma opção para expressar as expectativas e as medidas de transformação de um espaço que, por algumas décadas, era visto pela Associação como um espaço negativo. O governo, então, passou a ser entendido como uma plataforma através da qual seria possível realizar suas atividades e continuar sua luta. Dessa maneira,

uma rede de interações foi formada entre os membros e os empreendimentos da AMPM e integrantes do Estado (ROMANIN, 2012, p. 52).

Por outro lado, além do simbolismo da ruptura e da representação de novas oportunidades, progressivamente, a AMPM estabelece uma dimensão afetiva com a nova gestão. Isso foi possível, como vimos, pela disposição das administrações de Néstor e Cristina Kirchner em recuperar dimensões identitárias e constituintes da Associação como parte de seu projeto político. Como consequência, a convergência entre as novas oportunidades políticas e sua identidade política produz uma aproximação que se torna evidente nos discursos das *Madres*:

Son más que nuestros aliados [Néstor y Cristina Kirchner] porque en ellos también viven nuestros hijos. [...] Gracias a que este Gobierno ha reabierto el camino de la justicia, nosotras podemos dejar que los juicios los sigan los abogados y dedicarnos a otra cosa. Hoy, antes que poner preso a un milico, las Madres preferimos ver a un niño sonreír. No es que no queremos a los milicos presos. Claro que sí. Pero nos sentimos más cerca de nuestros hijos y de su lucha cuando vamos a inaugurar una escuela, un barrio o un hospital (DE BONAFINI apud BARROS; MORALES, 2017, p. 129-130).

Portanto, a luta das *Madres* por seus filhos foi não apenas continuada, mas também ampliada para uma luta pelo povo, para o povo e junto ao povo. E, pela primeira vez, com a nova configuração sociopolítica emergente a partir do governo de Néstor Kirchner, elas puderam atuar junto do governo de forma a promover o alargamento dos limites dos direitos humanos no discurso oficial. Mais ainda, a luta adquire novos sentidos baseados em novas formas de organização e ação, que estão diretamente ligadas à redefinição da Associação (MORALES, 2016, p. 15).

Nesse sentido, as *Madres* conseguiram agir e participar ativamente da formação de um novo sistema político voltado ao enfrentamento do sistema político fundado pelo período neoliberal, entendido como motor de reprodução de desigualdades e exclusão social. A AMPM agia de modo a garantir as condições básicas das vidas dos setores vulneráveis, não só retomando a ideia da condição econômica, mas também sanitária, educacional, de moradia etc. Em última instância, a organização e atuação da Associação permitem também sua aproximação com os próprios setores sociais vulneráveis.

Com o tempo, diante das mudanças nas mobilizações sociais e com o desenvolvimento da narrativa kirchnerista, houve certas mudanças na rememoração nacional. Sobretudo a partir da eleição de Cristina Kirchner, em 2007. Cada vez

mais o foco da rememoração se tornou a heroicidade daqueles que se posicionaram contra o pano de fundo do silêncio daqueles que temeram ou consentiram com a ditadura (BERMÚDEZ, 2015, p. 239). Nesse processo, uma nova forma de diferenciar esse governo dos demais foi criada, permitindo também o fortalecimento da identidade desse governo – que, como dito acima, é fundada no ineditismo quanto à percepção da ditadura e, conseqüentemente, da impunidade.

Ao observar as administrações Kirchner, portanto, é possível perceber o papel central do Peronismo em seus discursos e posicionamentos sob as tentativas de fazer prevalecer visões horizontais entre os vínculos subjetivos formados pelo Estado. Uma análise mais profunda, contudo, revela uma dimensão mais genérica quanto à política contemporânea argentina, principalmente no que tange à ascensão política de Néstor e o governo de Cristina.

Néstor Kirchner foi eleito após a desistência de Menem em disputar o segundo turno das eleições de 2003, mesmo durante sua campanha fez alianças com diversos grupos – dentre eles, obviamente, o partido peronista. Contudo, não tinha uma base sólida de aliados na capital. Nesse sentido, a agenda de Néstor em relação aos direitos humanos foi a grande carta usada por ele para obter apoio da esquerda dos grandes centros urbanos. Sendo assim, esses grupos de esquerda, sendo a AMPM um deles, se mostraram o grande diferencial além de serem os principais propulsores da narrativa fundacional do kirchnerismo voltada para a tentativa de constituir, finalmente, uma “democracia com inclusão social” (ZELAZNIK apud BAUD, 2013, p. 115).

Por sua vez, Cristina procurou continuar o legado de seu antecessor após a morte dele em 2010. Mas o que se observou foi a radicalização de suas políticas, que passaram a tender para o centrismo e que, ao mesmo tempo, buscaram evocar uma agenda nacionalista. Assim, Cristina governou sob uma lógica de centralismo bastante particular. Em outras palavras, em contraste com o que o discurso e narrativa propunham, o centralismo proposto pelos Kirchner envolvia um processo decisório restrito entre círculos pequenos de pessoas próximas aos presidentes, muitas vezes não havendo mandato. Com isso, uma dimensão mais original e afastada do peronismo é percebida.

Essa associação com os movimentos sociais foi o grande fator que garantiu a longa duração do kirchnerismo no poder da Argentina. Porém, traz consigo tensões no que toca às tensões entre horizontalidade e verticalidade do poder no país e aos

critérios de inclusão e exclusão de movimentos sociais no círculo de interlocução mais próxima do governo. Logo, sim, houve mudanças importantes quanto à garantia e à defesa dos direitos humanos, assim como houve um rechaço explícito às políticas neoliberais e de impunidade desenvolvidas anteriormente, bem como medidas diretas para reverter algumas dessas políticas e medidas. Contudo, no que diz respeito à inclusão social, as mudanças não foram tão expressivas: ainda havia muitas pessoas lutando para garantir seus direitos básicos.

Em um afastamento de uma realidade marcante da organização político-social nos governos anteriores, durante o Kirchnerismo, as mobilizações e os protestos coletivos e de movimentos sociais foram muito menores, em parte devido à incorporação de agendas comuns, que aproximam o Estado dos movimentos sociais e levam ao estabelecimento de laços que alteram profundamente a operacionalização deles. Aqui, o caso da *Asociación Madres de Plaza de Mayo* é emblemático, mas também aquele do movimento Piquetero (de trabalhadores desempregados). Tanto Néstor como Cristina Kirchner favoreceram a criação de uma relação de interdependência que levou a isso. Mas, em última instância, a dependência dos movimentos sociais em relação ao governo foi muito maior que a mão inversa. Mesmo que os movimentos sociais tenham se tornado parte, implícita ou explicitamente, do jogo político na Argentina (BAUD, 2013, p. 122).

Enfim, além de todos os aspectos mencionados acerca da ação das *Madres* durante os governos kirchneristas, vale destacar que o gênero seguiu como uma base da organização e do funcionamento da Associação. A AMPM estabeleceu laços de apoio e cooperação com coletivos de sexo-gênero, ampliando a dimensão da luta pela vida no combate às normas homogêneas de gênero. Mais que isso, expandindo-a para a busca pelo reconhecimento de novas corporalidades e novas subjetividades de sexo-gênero. Nessa esteira, as *Madres* mobilizam-se pela legalização do aborto e contra a violência de gênero, inscrevendo-se em outras dimensões de luta sobre o direito à vida e pelos limites da definição das vidas que importam:

Esto no sale [la legalización del aborto], no porque no se sepa, sino porque hay hipócritas en todos lados. El funcionario es hipócrita, el médico lo es, todo el mundo sabe que esto pasa y mira para el otro lado [...] Las Madres siempre estuvimos a favor de la vida, no puede ser de otro modo. Por eso estamos defendiendo este proyecto, para defender

la vida de esas mujeres pobres que mueren sin razón (DE BONAFINI apud MORALES, 2016, p. 18).

Após 12 anos de mandatos da família Kirchner no governo federal argentino, um novo panorama político é iniciado com a eleição de Maurício Macri, em dezembro de 2015. Mais uma vez, a pauta dos direitos humanos viu-se diante de desafios importantes. Desde sua campanha eleitoral, Macri manifestou que, se viesse a assumir o governo, haveria mudanças nas políticas de direitos humanos impulsionadas pelo Kirchnerismo. Os indicativos da alteração do rumo, imediatamente, provocaram reações nos grupos de direitos humanos e outras forças políticas do país, uma vez que isso poderia significar um retrocesso das conquistas e avanços promovidos na década anterior.

O presidente eleito em 2015 entendia o movimento feito por seus antecessores como um “excesso” ao passado, mais ainda, qualificando como um “revanchismo” o reclamo por justiça pelos crimes contra a humanidade cometidos pela ditadura, que foi posto em evidência durante os governos Kirchner. Assim, a iniciativa do governo Macri foi de desviar o caminho das lutas por verdade, memória e justiça dos direitos humanos, apostando em uma “deskirchnerização” do campo. Em outras palavras, o governo realizou movimentos em busca de “recolocar o lugar e a missão verdadeiramente universal da causa dos direitos humanos” (BARROS; MORALES, 2017, p. 131).

Sob um véu de neutralidade, o novo governo buscou alterar o significado e a dimensão das reivindicações sociais e a atuação dos movimentos de direitos humanos. Por vezes, Macri polemizou instrumentos, levantamentos e medidas que fortaleciam a luta em favor não só dos direitos humanos, mas que também procuravam resgatar a memória do regime ditatorial:

Es un debate en el que no voy a entrar. No sé si fueron 9.000 o 30.000, si son los que están anotados en un muro [en un monumento a las víctimas del terrorismo de Estado construido en 2007 por el kirchnerismo frente al Río de la Plata] o muchos más. La guerra sucia fue una horrible tragedia, lo peor que nos pasó en nuestra historia y no pasa por un número (MOLINA, 2016).

Diante desse cenário, a AMPM retomou uma postura de forte oposição ao governo, que desde o início mostrava todo o seu cinismo em relação à pauta dos direitos humanos e que retomava ideias e medidas tipicamente neoliberais. O vínculo estreito entre a Associação e o Estado estabelecido nos governos anteriores

é acabado e a figura do Estado aliado é substituída por uma relação conflitiva e de enfrentamento, retomando características típicas das relações entre os governos e os movimentos de direitos humanos na ditadura e nos primeiros governos pós-redemocratização.

Durante o governo de Macri, a sede da Associação foi alvo de confrontação direta por parte do presidente, até mesmo havendo um mandado judicial para realizar um inventário da documentação que se encontrava no local – o que inclui levantamentos e documentos relativos aos desaparecidos e outros crimes cometidos durante a ditadura militar. O mandado foi enviado sem nenhum aviso prévio e foi tratado pelas *Madres* como uma violação de suas garantias constitucionais.

Através das marchas ou de cartas abertas, as *Madres* expressavam sua oposição direta ao governo de Mauricio Macri e às suas políticas. Sobretudo, declarando o presidente como inimigo do povo:

El macrismo o Juntos –como lo quieran llamar– es el enemigo del pueblo pobre, del pueblo trabajador, de los pueblos originarios, del peronismo y del kirchnerismo. Es el enemigo porque nos endeudó y empobreció por varias generaciones. Es el enemigo porque fue parte de la dictadura que exterminó a una generación de mujeres y hombres que amaban la Patria. Es el enemigo porque robó y roba en todos los frentes. Es el enemigo porque mató por hambre y enfermedades de la pobreza a más de 40 mil niños en cuatro años. Es el enemigo porque con mentiras e informes apoyados por la prensa persiguió al opositor político, puso presos a varios de ellos, y algunos siguen detenidos todavía. Es nuestro enemigo porque no reivindica a las islas Malvinas como nuestras. Es nuestro enemigo porque cerró fábricas, Pymes, cooperativas, escuelas, hospitales, institutos de ciencia. Juntos o el macrismo, tiene denunciados a más de 100 secuaces por robo, estafa, evasión de impuestos y por haber fugado todo lo que pudo fuera de país. Al enemigo lo trataremos como a un dictador. Y diferenciaremos a los que lo votaron por bronca, por hambre y por falta de trabajo. Viva la Patria aunque me cueste la vida (DE BONAFINI, 2021).

Além dos retrocessos no debate sobre justiça, verdade e memória, as políticas de Macri, voltadas ao capital, promoveram um aprofundamento das desigualdades sociais no país. Dessa forma, nas eleições de 2019, ele não conseguiu sua reeleição. Direta ou indiretamente, o kirchnerismo influenciou os rumos que o governo que o sucedeu operou e as consequências que advieram de suas orientações. Néstor e Cristina foram grandes defensores dos direitos humanos de uma forma inédita, porém não sendo a primeira no pós-ditadura, e promoveram grandes avanços nas lutas por esses direitos. Acima de tudo, pois, a postura de seus governos refletia as décadas de mobilização de movimentos sociais e de familiares

de desaparecidos, que aproximaram o tema da opinião pública. Portanto, mesmo com suas falas e posicionamentos, Macri não obteve qualquer apoio para sustentar a si no poder.

Finalmente, a AMPM realizou sua 31ª *Marcha de la Resistencia* para marcar o fim do macrismo no comando do Poder Executivo e a eleição do peronista Alberto Fernandez - que tem como vice-presidente Cristina Kirchner. Dessa maneira, as *Madres* seguem sua mobilização sob um novo contexto amistoso em relação às figuras que ocupam o poder do Governo Federal e seguem sua luta por verdade, memória e justiça em meio à sociedade argentina.

5 Considerações finais

Nesta pesquisa, sustentei que a luta da *Asociación Madres de Plaza de Mayo* segue sendo parte integral da sociedade e da política argentina até a atualidade. Desde o ano de sua fundação, em 1977, o movimento – que posteriormente se tornou uma Associação – luta em favor da vida e pela garantia de justiça, verdade e memória.

Como vimos, nos primeiros anos, as *Madres* promoveram confrontações diretas ao regime militar para obter informações e, em última instância, a verdade sobre o destino de seus filhos. Com o desenrolar do processo de redemocratização, em especial no que dizia respeito à garantia de justiça pelas vítimas da violência do Estado ditatorial, a AMPM incorporou seus filhos à sua luta. A partir de então, expandiram sua pauta à luta pela justiça e pelo direito à vida de todas as vidas argentinas – principalmente aquelas marginalizadas pelas políticas governamentais pautadas no neoliberalismo.

Ao observarmos essas mudanças na agenda e na organização da Associação das *Madres*, busquei entender como o contexto político da Argentina influenciou esse movimento e escancarar que a violência do Estado promovida de forma mais explícita na ditadura segue sendo presente no país, por meios diferenciados e únicos. Ou seja, não mais por meio da violência direta dos assassinatos, sequestros e desaparecimentos, mas por meio de medidas governamentais durante o período de transição para a democracia, as quais não garantiram a responsabilização de perpetradores e cúmplices dos crimes durante o regime militar, bem como por meio de políticas que, já nos governos democráticos, representaram riscos à vida de cidadãos argentinos.

Nesse sentido, a mobilização das *Madres* sob suas próprias condições de mulheres e mães é de grande relevância para esta pesquisa, principalmente no que tange ao processo de socialização da maternidade promovido pelo movimento desde sua formação na cena política argentina. Tal processo foi central tanto para o desenvolvimento do movimento como para sua institucionalização – impactando diretamente sua atuação e forma de organização. Isso porque, a partir dessa característica única, foi possível estabelecer a identidade coletiva dos membros do movimento, e posteriormente da Associação, bem como foi a lógica que serviu de

base para o desenvolvimento de sua atuação e de seus discursos. Dessa maneira, a socialização da maternidade permitiu as mudanças que ocorreram na agenda das *Madres*, sem que elas perdessem sua essência e deixassem de reivindicar por justiça, memória e verdade.

Outro aspecto de importância que se observa são as chaves interpretativas da AMPM acerca do Estado, tanto no nível instrumental como de possibilidade de construção estratégica. No primeiro deles, fazendo referência ao entendimento do Estado como um espaço de resistência, o que se explicita tanto na oposição como na aproximação ao ator estatal. O segundo nível se expressa na visão de longo prazo do projeto político que surge a partir da vinculação da Associação ao Estado, de forma a promover o fortalecimento da luta contra um modelo de organização política, social e econômica que é baseado na impunidade.

Com isso, a defesa dos direitos humanos, que já era uma das bases da AMPM, se torna mais um aspecto que conduz seu desenvolvimento. Aqui, ocorre uma gradativa mudança na avaliação das condições nas quais estão inseridas e também nas oportunidades políticas que se apresentam à Associação no contexto em que se inscreve. Desse modo, além da percepção das oportunidades políticas que surgem, é possível perceber o desenvolvimento de uma lógica afetiva que altera a relação das *Madres* com o Estado de uma forma que nunca havia acontecido na história desse movimento. A afetividade explícita com Néstor e Cristina Kirchner articulam sentimentos sobre a política do presente e do passado, conduzindo a uma identificação mais ampla com as políticas governamentais e com a posição do governo quanto à relevância dos direitos humanos para a Argentina.

Enfim, com o fim do Kirchnerismo, as relações entre as *Madres* e o governo se alteram novamente, mais uma vez provocando mudanças nas reivindicações e formas de atuação da AMPM. No entanto, as dimensões constituintes da Associação seguem presentes e servindo como base para que ela tenha apoio e reconhecimento de grande parte da sociedade argentina até a atualidade. A AMPM permanece, assim, como uma organização bastante consolidada na cena política da Argentina, assim como segue se apresentando como uma das maiores vozes em favor da defesa dos direitos humanos e da luta pelo resgate da memória e da verdade do período da ditadura – para que seja possível combater a impunidade que permeia o sistema e, finalmente, fazer justiça.

As reflexões que se apresentaram aqui não indicam a única forma de observar esses fenômenos. Da mesma forma, não encerram linhas posteriores que podem avançar em diversos aspectos quanto às mudanças operadas pelas *Madres* e no âmbito de sua organização. A persistência da violência empreendida pela ditadura militar não foi tratada apenas como o objeto de pesquisa, mas sim como uma janela a partir da qual podemos colocar perguntas à justiça de transição, ao discurso da redemocratização e, por conseguinte, à fronteira que separa a violência de governo da violência de Estado.

6

Referências bibliográficas

ARES, C. 200.000 argentinos, contra los indultos de Menem. *El País*, Internacional, Buenos Aires, 9 out. 1989. Disponível em: <https://elpais.com/diario/1989/09/10/internacional/621381608_850215.html>. Acesso em: 19 out. 2021.

ARGENTINA. *Acta fijando el propósito y los objetivos básicos para el proceso de reorganización nacional*. Buenos Aires, 24 de marzo de 1976.

ARGENTINA. *Documento Final sobre la guerra contra la subversion y el terrorismo*. Buenos Aires, abril de 1983a.

ARGENTINA. *Ley de la Nación N° 23.492*. Buenos Aires, 23 de dezembro de 1986.

ARGENTINA. *Ley de la Nación N° 23.521*. Buenos Aires, 8 de junho de 1987.

ARGENTINA. *Ley de Pacificacion Nacional*. Buenos Aires, 22 de setembro de 1983b.

ARTHUR, P. How “Transitions” Reshaped Human Rights: A Conceptual History of Transitional Justice. *Human Rights Quarterly*, v. 31, n. 2, maio de 2009, pp. 321-367.

BARROS, M; MORALES, V. La lucha por los derechos humanos en la Argentina: redefiniciones, avances y desafíos en el nuevo milenio. *A Contra corriente*, v. 14, n. 3, 2017, pp. 110-136.

BAUD, M. Review: State and Society in Argentina: Change and Continuity under the Kirchners. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, n. 95, out. 2013, pp. 114-123).

BERMÚDEZ, N. La construcción kirchnerista de la memoria. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, v. 15, n. 2, maio/ago. 2015, pp. 229-247.

BEVERNAGE, B. *History, Memory, and State-Sponsored Violence: Time and Justice*. Routledge: Nova York, 2012.

BOMBAL, I. G. De Víctimas a Sujetos: as Mães da Plaza de Mayo. *Revista de Ciências Humanas*, v. 8, n. 11, 1992.

BOSCO, F. J. Place, space, networks, and the sustainability of collective action: the Madres de Plaza de Mayo. *Global Networks*, v.1, n.4, 2001.

CONADEP - Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas, 1984. *Nunca Más. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*. Buenos Aires: EUDEBA.

CUMMINS, C. *Symbolic Protest and Creating Community: The Resilience of Las Madres de Plaza de Mayo*. Dickinson College Honors Theses: Carlisle, 2020.

D'ALESSIO, R. A 31 AÑOS. Ley de Punto Final: el camino hacia la impunidad. *La Izquierda Diario*, 22 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.laizquierdadiario.com/Ley-de-Punto-Final-El-camino-hacia-la-impunidad>>. Acesso em: 18 out. 2021.

D'ANTONIO, D. Las Madres de Plaza de Mayo y la apertura de un camino de resistencias. Argentina, última dictadura Militar 1976-1983. *Revista Nuestra América*, n.2, pp. 29-40, ago-dez, 2000.

DANGY, Tatiana. *Maternité et politique: la place et le rôle du mouvement des de la Place de Mai dans la démocratisation de l'Argentine (1976-2006)*. Institut d'Etudes Politiques de Toulouse, 2006.

DE BONAFINI, H. Conferencia pronunciada el 6 de julio de 1988 en Liber/ Arte por la presidenta de la Asociación Madres de Plaza de Mayo. Disponível: *Asociación Madres de Plaza de Mayo: Historia de las Madres de Plaza de Mayo*. Buenos Aires: Ediciones Asociación Madres de Plaza de Mayo 1995.

DE BONAFINI, H. El macrismo es y será nuestro enemigo. *Asociación Madres de Plaza de Mayo*, Comunicación Madres, Buenos Aires, 13 set. 2021. Disponível em: <<https://madres.org/index.php/hebe-de-bonafini-el-macrismo-es-y-sera-nuestro-enemigo/>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

DAUER, R. G. Las locas: as Mães da Praça de Maio e a Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires na busca pelos desaparecidos da ditadura civil-militar argentina (1976-1983). *Revista Café com Sociologia*, v.7, n.1, 2018.

ELSEMANN, N. Nuevos espacios del saber en la justicia transicional: Argentina y la lucha global contra la desaparición forzada. *Iberoamericana*, XII, n. 48, 2012, pp. 101-112.

FEMENÍA, N. A. Argentina's Mothers of Plaza de Mayo: The Mourning Process from Junta do Democracy. *Feminist Studies*, v. 13, n.1, pp. 9-18, 1987.

GORINI, U. *La rebelión de las Madres: historia de las Madres de Plaza de Mayo Tomo I (1976-1983)*. 1.ed. La Plata: EDULP, 2017.

GORINI, U. *El mundo es un pañuelo: viajes al exterior de las Madres de Plaza de Mayo Tomo I (1978-1990)*. 1. ed. La Plata: EDULP, 2018.

GOTI, M. J. *Game Without End: State Terror and the Politics of Justice*. University of Oklahoma Press, 1996.

IPPDH - Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos Mercosur. *Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas - CONSUFA*. Disponível em: <http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/consejo-supremo-de-las-fuerzas-armadas-consufa;isaar?sf_culture=pt&limit=10>. Acesso em: 13 jul. 2021.

JACKSON, E. B. *Popular Motherist Activism in Argentina: Why do Mothers Radicalize?*, 2018. Disponível em: <https://scholarworks.wm.edu/honorstheses/1151>.

MAZZEI, D. Reflexiones sobre la transición democrática argentina. *PolHis*, v. 4, n. 7, 2011, pp. 8-15.

MIGNONE, E. LOS DECRETOS DE INDULTO EN LA REPUBLICA ARGENTINA. *Derechos.org*. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/arg/doc/indultos.html>>. Acesso em: 18 out. 2021.

MOLINA, F. R. Na Argentina, falar da ditadura e dos militares que a conduziram é motivo de desonra. *El País*, Buenos Aires, 31 mar. 2019. Opinião. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/30/opinion/1553971198_297214.html>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MOLINA, F. R. Mauricio Macri reactiva la polémica por el número de desaparecidos en Argentina. *El País*, Internacional, Buenos Aires, 11 ago. 2016. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2016/08/11/argentina/1470936255_170858.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MORALES, V. La Asociación Madres de Plaza de Mayo y la disputa por los límites de la vida. Algunos apuntes para pensar el aporte del pañuelo blanco a los derechos humanos. In: OVIEDO, G; BIAGINI, H. E. (org.). *El pensamiento alternativo en la Argentina contemporánea Tomo III - Derechos humanos, resistencia, emancipación (1960-2015)*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2016.

ROMAMIN, E. A. De la resistencia a la integración. Las transformaciones de la Asociación Madres de Plaza de Mayo en la “era Kirchner”. *Estudios Políticos*, n. 41, out. 2012.

ROMANIN, E. A. ¿Cooptación, oportunidades políticas y sentimientos? Las Madres de Plaza de Mayo y el gobierno de Néstor Kirchner. *Polis*, n. 39, 2014.

SPECK, P. The Trial of the Argentine Junta: Responsibilities and Realities. *University of Miami Inter-American Law Review*, n. 3, v. 18, 1987.

STAN, L.; NEDELSKY, N. Encyclopedia of Transitional Justice Volume 3. In L. Stan & N. Nedelsky (ed.). *Encyclopedia of Transitional Justice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

TEITEL, R. Transitional Jurisprudence: The Role of Law in Political Transformation. *The Yale Law Journal*, v. 106, 2009, pp. 2009-2080.

WAYLEN, G. Women and Democratization: Conceptualizing Gender Relations in Transitional Politics. *World Politics*, v. 46, n. 3, p. 327-354, 1994.

ZARCO, A. Maternalismo, identidad colectiva y participación política: las Madres de Plaza de Mayo. *Revista Punto Género*, n.1, pp. 229-247, abr. 2011.

ZARRANZ, L. *El mundo es un pañuelo: Viajes al exterior de las Madres de Plaza de Mayo. Tomo I (1978-1990)*. Buenos Aires: Editorial de La Universidad Nacional da La Plata (EDULP), 2018.

ZUNINO, M. *Justice Framed: A Genealogy of Transitional Justice*. Cambridge University Press, 2019.

500 - Os Bebês Roubados pela Ditadura Argentina. Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=51OgIATvuPA>.